

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/03/2021 | Edição: 60 | Seção: 1 | Página: 158

Órgão: Ministério da Infraestrutura/ Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária/ Diretoria de Soluções Jurídicas e Administrativas/ Superintendência de Administração/ Gerência de Logística Administrativa

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Senhor Acionista e demais interessados,

A Diretoria Executiva da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e à deliberação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração, que destaca as principais ações desenvolvidas pela Infraero, as Demonstrações Contábeis e as respectivas Notas Explicativas referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Ao presente relatório se incorporam os pareceres da auditoria independente e do Conselho Fiscal.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Presidir uma empresa pública com as características da Infraero exige o máximo empenho e criatividade. Entretanto, o ano de 2020 foi, sem dúvida, ainda mais desafiador. A pandemia da covid-19 que se instalou no País nos obrigou a repensar prioridades e a modificar processos para viabilizar o cumprimento da missão, porém, sem abdicar do fator mais importante no momento, a proteção da saúde dos clientes, dos empregados e seus familiares, dos prestadores de serviços, enfim, de todos que necessitam circular pelas áreas aeroportuárias sob nossa responsabilidade.

Como planejado, a Infraero manteve ao longo de 2020 o foco nos três pilares de sustentação de sua estratégia empresarial: Operação e Transição dos Aeroportos; Transformação e Reposicionamento dos Negócios e Sustentabilidade Econômico-Financeira, permitindo a sua atuação no desenvolvimento da aviação civil brasileira e no fomento à aviação regional.

Embora a pandemia tenha exigido das autoridades competentes a decretação de medidas sanitárias que impactaram a atividade aérea no mundo inteiro, temos orgulho de afirmar que a Infraero cumpriu o seu papel, fornecendo inúmeras soluções e serviços: 5 aeroportos contratualizados com gestão e operação; 22 estados atendidos com serviços prestados; 34 contratos assinados; mais de 800 clientes; mais de 40 aeroportos atendidos com serviços sob demanda e mais de 39 mil clientes treinados.

Seguindo estritamente as orientações do Ministério da Infraestrutura e da Secretaria Nacional de Aviação Civil, realizou com êxito a transferência dos aeroportos da 5ª rodada de concessões, garantindo a segurança e a qualidade dos serviços prestados até a entrega aos operadores privados.

Em consonância com a sua função de executora de políticas públicas, a Infraero tem sido efetiva na valorização da integração nacional, contribuindo com a conectividade de regiões afastadas das principais linhas de transporte aéreo. Nesse sentido, vem ampliando sua atuação como prestadora de serviços técnico-operacionais e provedora de soluções aeroportuárias no interior do País, priorizando, assim, o avanço da aviação regional. É notório, pois, que a aviação regional permite impulsionar a economia local, fomentando o empreendedorismo, o turismo e a geração de mais empregos.

As circunstâncias inéditas decorrentes da pandemia atingiram em cheio a atividade aérea no Brasil. Em comparação a 2019, nos aeroportos da rede, a movimentação de passageiros diminuiu em 67,5% e de aeronaves em 48,7%. Evidentemente, isso afetou significativamente o desempenho econômico-financeiro da Infraero. Todavia, com muito esforço foram implementadas ações estratégicas com a finalidade de amenizar os efeitos da crise.

O Programa Especial de Adequação do Efetivo (PEAE) contribuiu para uma economia estimada em R\$ 161 milhões, para um período de 12 meses, com os desligamentos efetivados em 2020, e uma economia anual gerada com as cessões/liberações a outros órgãos públicos na ordem de R\$ 264 milhões. A adoção do trabalho remoto, de forma ampla e sistemática, também se mostrou fundamental, resultando

em uma contenção de despesas da ordem de R\$ 7,2 milhões, porém, sem afetar a produtividade dos empregados, uma vez que simultaneamente foram incorporadas soluções de TI sofisticadas e novas práticas gerenciais adequadas à situação.

Em vista da constatação de que haveria um período de baixo movimento nos aeroportos, aproveitou-se a oportunidade para acelerar o ritmo de entrega ou antecipar o início de obras de infraestrutura. Destaca-se a recuperação da pista principal do Aeroporto de Congonhas/SP, antecipada em um ano e executada em apenas um mês, sem interrupção das operações aéreas, realizadas a partir da pista auxiliar.

Em que pesem as incertezas da crise sanitária, frisa-se o compromisso da Infraero perante a sociedade brasileira em manter, sem interrupção, a prestação dos serviços aeroportuários em todas as unidades da sua rede. Vale ressaltar o apoio conferido ao Ministério da Saúde para a logística de distribuição de equipes e de material de saúde destinados à população que enfrentava dificuldades com a disseminação da doença. O conjunto dos esforços empreendidos pelo time da Infraero, de 5.784 empregados ativos, gerou resultados expressivos - número de passageiros: 27.856.717; número de aeronaves: 633.896; investimento em obras de infraestrutura aeroportuária: R\$ 412,9 milhões.

O relatório foi elaborado por intermédio das principais áreas gestoras da Empresa. Os números apresentados estão aderentes às demonstrações financeiras anuais, as quais foram devidamente examinadas por empresa de auditoria independente.

Por fim, esclarece-se que foram observados os princípios básicos da Estrutura Internacional para Relato Integrado (EIRI), atendendo ao estabelecido na Decisão Normativa nº 187/2020 do Tribunal de Contas da União (TCU). Dessa maneira, a dinâmica utilizada no levantamento e disponibilização das informações apresentadas neste relato assegura a sua fidedignidade, precisão e completude.

INSTITUCIONAL

A Infraero é uma empresa pública instituída nos termos da Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, organizada sob a forma de sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, sob vinculação do Ministério da Infraestrutura, atuando no território nacional, com sede na Capital Federal.

Atua na promoção de políticas públicas de infraestrutura aeroportuária, maximizando os benefícios socioeconômicos por meio da integração nacional e do desenvolvimento da aviação regional. Ressalta-se que o fomento desse setor constitui importante instrumento para a produção de riquezas pelo País, tendo em vista o seu potencial de impulsionar as economias locais e, como consequência, gerar negócios, turismo e emprego, dentre outros valores.

A Infraero participa com 49% nas Sociedades de Propósito Específico (SPE) que administram os aeroportos internacionais de Guarulhos/SP, Campinas/SP, Brasília/DF, Confins/MG e Galeão/RJ, cujos resultados estão consolidados nas demonstrações financeiras da Empresa, proporcionalmente a sua participação acionária em cada companhia.

A missão da Companhia, nos termos do seu Plano Empresarial de 2021-2025, é "Prover soluções aeroportuárias de excelência, criando valor para os clientes e contribuindo com o desenvolvimento do País.". Na visão de futuro, a Infraero busca "Ser um elo estratégico na execução de políticas públicas para o setor de aviação civil e referência no mercado de soluções aeroportuárias.". Em sua atuação, adota os seguintes valores: ética e transparência; orgulho de ser Infraero; responsabilidade socioambiental; valorização dos colaboradores; excelência e segurança dos serviços; e criatividade e inovação.

A concessão dos aeroportos administrados pela Infraero à iniciativa privada é um processo consolidado, tendo como previsão a entrega de todos até 2022, mediante a realização das 6ª e 7ª rodadas de concessões. A Empresa enfrenta o desafio de atuar concomitantemente na garantia e manutenção dos seus serviços com segurança e qualidade, até a concessão integral aos operadores privados, e na transformação e reposicionamento dos seus negócios.

Em que pese a decisão do Governo Federal de continuar o processo de concessão dos aeroportos, a Companhia mantém sua diretriz de atuar como braço estatal para o fomento da operação, do desenvolvimento e do crescimento de aeroportos menores. O foco é a implementação de políticas

públicas destinadas à integração nacional e ao desenvolvimento da aviação civil brasileira.

Estudos do Plano Aeroviário Nacional (PAN 2018-2038) demonstram uma estimativa média de crescimento de demanda por transporte aéreo de aproximadamente 4,6% ao ano, para os próximos 20 anos. Isso faz com que haja a expectativa de que no ano de 2033 a demanda seja o dobro de 2018.

Além do PAN 2018-2038, a estratégia da Infraero também está em sintonia com o Planejamento Estratégico do Ministério da Infraestrutura (MInfra), que tem como propósito transformar a logística no Brasil, uma vez que as deficiências de infraestrutura existentes dificultam o seu crescimento sustentável. Vislumbra-se, assim, um País mais produtivo e com benefícios que alcancem cada vez mais regiões, tornando-as participativas e desenvolvidas economicamente, com consequente redução das disparidades sociais.

Nesse sentido, o Portfólio de Negócios da Infraero oferece soluções otimizadas de acordo com as necessidades dos clientes, alinhadas às fases de desenvolvimento do aeródromo. O relevante know-how da Empresa, acumulado ao longo dos seus quase cinquenta anos de existência, faz com que ela se destaque com sua expertise na gestão e operação de aeroportos, cuja atividade é altamente complexa. Coloca-se agora ao alcance de estados e municípios toda a sua competência técnica na prestação de serviços: Gestão e Operação de Aeroportos; Serviços Técnicos Especializado; Soluções Digitais; Treinamentos e Consultoria.

Ao final de 2020, o efetivo da Infraero era de 7.893 empregados (Ativos: 5.784 e Cedidos: 2.109), representando uma redução de 7,86% em relação ao efetivo de 2019 (8.566). Contamos com 1 Presidente e 3 Diretores Executivos. Também compõem o efetivo total, 13 profissionais contratados ad nutum para o exercício de cargo em comissão.

Foram investidos R\$ 2,38 milhões em treinamento e desenvolvimento do efetivo, totalizando 3.983 profissionais capacitados. Os treinamentos foram priorizados conforme as ações obrigatórias regulamentadas por legislação específica do setor. Tem como foco a segurança dos funcionários e visa garantir o melhor serviço aos passageiros e demais usuários da comunidade aeroportuária.

Referente à qualidade dos serviços, a Infraero foi uma das principais vencedoras da edição 2020 do prêmio Aeroportos + Brasil, com o Aeroporto Internacional de Curitiba eleito o melhor do País na categoria entre 5 a 15 milhões de passageiros por ano, entre outros quesitos premiados. Também receberam prêmios, em várias categorias, os Aeroportos de Vitória, de Maceió e de Manaus.

INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

A Empresa investiu um total de R\$ 443,7 milhões, sendo R\$ 412,9 milhões em obras de construção, ampliação e modernização da infraestrutura aeroportuária e R\$ 30,8 milhões em aquisição de equipamentos e softwares de informática, incluindo investimentos em infraestrutura aeroportuária.

Em relação aos benefícios destinados à sociedade, em 2020 foram concluídas e entregues 24 grandes obras, em 16 aeroportos, listadas a seguir.

-Belém/PA: fornecimento e instalação de novos elevadores; substituição parcial das telhas da cobertura do Terminal de Passageiros (TPS) e ampliação da sala de embarque remoto.

-Congonhas/SP: recuperação da Pista de Pouso e Decolagem (PPD) 17R/35L e serviços complementares; balizamento noturno; reconstrução do pátio de aeronaves; recomposição de taludes da PPD cabeceira 17 e modernização do sistema de iluminação das áreas públicas.

-Corumbá/MS: adequação do sistema de prevenção e combate a incêndio.

-Curitiba/PR: execução do muro patrimonial - 2ª Fase.

-Foz do Iguaçu/PR: reforma do TPS e obras complementares e duplicação do acesso ao aeroporto.

-Goiânia/GO: implantação de sinalização vertical.

-Manaus/AM: recapeamento da PPD e regularização da faixa preparada.

-Navegantes/SC: nova estação de tratamento de esgoto (ETE).

-Petrolina/PE: implantação de sistema elétrico de emergência na Seção Contra Incêndio (SCI) e adequação do sistema de reabastecimento de água na SCI.

- Ponta Porã/MS: adequação do sistema de combate ao incêndio (PPCI).
- Santarém/PA: demolição e reconstrução de pavimentos rígidos.
- Santos Dumont/RJ: climatização da Sala de Desembarque do TPS - fechamento com esquadrias.
- São Luis/MA: substituição parcial do forro metálico do TPS.
- Teresina/PI: instalação de placas de sinalização vertical.
- Uberaba/MG: recuperação da PPD.
- Uberlândia/MG: adequação do sistema de balizamento noturno.

Em que pesem os desafios decorrentes da pandemia, a Infraero transformou adversidades em oportunidades para a melhoria contínua da infraestrutura aeroportuária civil. Nesse sentido, houve não somente esforços para a aceleração do ritmo de entrega das obras em andamento, como também a antecipação de outras em função da redução do movimento dos aeroportos, de maneira a realizá-las em menor prazo, com maior segurança operacional e menor potencial de transtornos aos passageiros e às companhias aéreas.

Obras aceleradas ou antecipadas em 2020:

- Belém/PA - acelerou etapas da obra de reforma da pista 06/24 (principal);
- Congonhas/SP - a recuperação da pista principal foi antecipada em 1 ano e executada em 1 mês;
- Foz do Iguaçu/PR - acelerou etapas da obra de ampliação da pista principal;
- Navegantes/SC, Uberlândia/MG e Montes Claros/MG - antecipou frentes das obras de reforma e ampliação de Terminais de Passageiros.

FINANCEIRO

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do coronavírus (Covid-19), que afetou todos os setores da economia, tanto no ambiente interno quanto no externo, ocasionando profunda retração e incerteza em relação ao presente e futuro econômico.

Diante desse cenário, o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro registrou queda de 4,1% no ano, na comparação com 2019, ao passo que a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 4,52%, acima da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional de 4%.

A demanda do setor aéreo no Brasil, impactada pelas medidas de isolamento social e proibição de funcionamento de diversos setores, visando ao combate da Covid-19, apresentou forte queda. Os dados de mercado do setor, de acordo com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), registraram declínio desde março de 2020, quando foi decretada a pandemia mundial. Ao final do ano, a demanda por transporte aéreo no Brasil, voos domésticos e internacionais, foi de 51,9 milhões de passageiros, queda de 56,4% em relação a 2019, de acordo com os dados divulgados pela ANAC.

Nos aeroportos administrados pela Infraero, verificou-se queda de 67,5% no movimento de passageiros em 2020, perfazendo 27,8 milhões de embarques e desembarques, contra 85,7 milhões em 2019. Em relação ao movimento de aeronaves, apurou-se 633,9 mil de operações de pousos e decolagens, 48,7% inferior ao verificado no exercício anterior.

Em continuidade ao processo de concessão de aeroportos pelo Governo Federal, em 2020 foi concluída a transferência à iniciativa privada da operação dos aeroportos de Vitória, Macaé, Cuiabá (a partir de janeiro), Campina Grande, Juazeiro do Norte (a partir de fevereiro), Aracaju, João Pessoa, Maceió (a partir de março) e Recife (a partir de abril), os quais respondiam, em 2019, por cerca de 24% dos passageiros operados na rede, 19% das Aeronaves, 9% da carga aérea, 19% do faturamento e 58% do resultado operacional da Empresa.

A Infraero iniciou o exercício com saldo de caixa operacional de R\$ 618,3 milhões, nos meses de janeiro e fevereiro houve geração de caixa de mais de R\$ 60 milhões por mês. Com o início da pandemia e as restrições no setor, verificou-se queda de arrecadação e consumo das disponibilidades, assim, o saldo no final do exercício registrou R\$ 119,1 milhões.

A redução significativa dos recursos próprios se deu em função da queda de demanda do setor aéreo, ocasionada pela Covid-19, aliado às medidas da Infraero, de conceder redução temporária no percentual das garantias mínimas (fixas) e prorrogação de seus pagamentos, dos contratos comerciais; visando atenuar os reflexos econômico-financeiros dos concessionários. Para as empresas aéreas, Grupo I, foram postergados por 120 dias os vencimentos dos boletos das tarifas de permanência e navegação aérea.

Indicadores	2020	2019	Var. % 2020/19
Receita operacional líquida por passageiro (R\$ milhões)	57,1	32,2	77%
Custos dos serviços prestados por Passageiro (R\$ milhões)	52,5	22,1	137%
Margem Bruta	8,1%	31,4%	-23 pp
Margem Líquida	-138,8%	-5,4%	-133 pp

Os indicadores financeiros apontam para um declínio na rentabilidade em 2020, com exceção ao índice da receita operacional por passageiro, que apresentou crescimento de 77%, reflexo da queda de 67,6% no movimento de passageiros, ao passo que as receitas comercial e aeronáuticas reduziram em proporção menor, 55,6% e 22,6%, respectivamente.

Os custos dos serviços prestados por passageiro em 2020 totalizaram R\$ 52,5 milhões, R\$ 30,4 milhões superior ao do exercício anterior. A elevação dos custos se deve pela redução de 58 milhões na quantidade de passageiros.

A margem bruta realizada foi de 8,1%, 23 pontos percentuais inferior ao apurado em 2019. Este resultado decorre do declínio das receitas operacionais líquidas, ocasionado pela crise no setor aéreo, impacto da Covid-19.

A redução de 133 pontos percentuais na margem líquida, decorre da combinação entre a queda do resultado operacional e a elevação das provisões.

Diante do cenário completamente adverso, a performance financeira da Infraero em 2020 foi fortemente impactada pela queda da demanda de passageiros, com isso foi necessário que a alta gestão adotasse medidas de adequação e otimização de gastos, mediante o corte e o contingenciamento de recursos orçamentários, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro, bem como garantir a operação dos aeroportos e da navegação aérea.

De forma a reduzir o impacto financeiro nas empresas parceiras, a Infraero adotou diversas medidas, dentre as quais destacam-se a postergação por 120 dias dos vencimentos dos boletos das tarifas aeroportuárias, permanência e navegação aérea, e comerciais, o desconto de 50% na garantia mínima dos contratos de concessão de áreas e a prorrogação de prazo contratual.

Neste contexto, apresentamos a seguir a análise, em consonância com a demonstração do resultado, do desempenho obtido em 2020, na comparação a 2019, em que serão relacionados os fatores e justificativas que impactaram as principais variações ocorridas no período.

As receitas aeroportuárias apresentaram queda de 55,6%, o que representou redução de R\$ 1.039,2 milhões na comparação a 2019. Tal declínio foi motivado, especialmente, pela Covid-19 que afetou a demanda do setor aéreo e por consequência o movimento de passageiros e aeronaves de todos os aeroportos administrados pela Infraero.

As receitas de embarque doméstico apresentaram queda de 62,7%, o que corresponde a redução de R\$ 707,4 milhões na comparação com o ano anterior. Essa redução foi impulsionada, em grande parte, pelos aeroportos de Congonhas (-66,6%), Santos Dumont (-43,7%), Curitiba (-59,2%), Goiânia (-52,7%), Foz de Iguaçu (-62,1%), Manaus (-39,6%) e Belém (-42,7%), que em conjunto totalizaram R\$ 379,3 milhões a menos que no ano anterior e foram responsáveis por 54% do total da queda.

As tarifas de pouso doméstico atingiram o montante de R\$ 143,1 milhões em 2020, com declínio de 50,6% em relação a 2019, reflexo, especialmente, do baixo desempenho dos aeroportos de Congonhas (-55,8%), Santos Dumont (-37,6%) e Curitiba (-51,9%), que totalizaram redução de R\$ 62,9 milhões. O aeroporto de Congonhas registrou ainda queda de 70,4% nas receitas de conexão, o que representou 58% do total de redução desse segmento, que foi de R\$ 43,1 milhões.

As receitas comerciais no exercício, também impactadas pela Covid-19, sofreram redução de R\$ 240,3 milhões, menos 22,6% na comparação a 2019. Em relação à receita de armazenagem e capatazia, verificou-se aumento de 3,1%, R\$ 6,3 milhões. O crescimento reflete o bom desempenho do terminal de cargas de Manaus, ocasionado, especialmente pelos seguintes fatores: crescimento aproximado de 7,9% em todas as atividades (importação, exportação, internação e carga nacional); elevação da taxa cambial; fidelização de clientes, e aumento da demanda ocasionado pela instalação de novos segmentos no Polo Industrial de Manaus.

As receitas de concessão de áreas atingiram R\$ 531,0 milhões em 2020, 32,5% inferior na comparação ao desempenho de 2019. A performance negativa deve-se, em sua maioria, pelas medidas restritivas voltadas para a área comercial, adotadas pela Infraero por meio do plano de contingência operacional, visando amenizar o impacto econômico-financeiro dos concessionários, uma vez que as ações de contenção da Covid-19, definidas pelos governantes, afetou de forma significativa a arrecadação dos estabelecimentos comerciais.

Dentre as medidas adotadas pela Infraero, destaca-se a redução temporária no percentual das garantias mínimas (fixas) no período de abril a dezembro de 2020, sendo que de abril a agosto o desconto foi de 50%, em setembro e outubro 30% e, em novembro e dezembro 20%. Além do referido desconto, foi autorizada a prorrogação no vencimento dos boletos e do prazo contratual.

As despesas de pessoal atingiram o montante de R\$ 1.313,5 milhões no ano, o que representa R\$ 264,8 milhões ou 16,8% a menos, na comparação ao ano anterior. Tal desempenho foi possível pela redução do quadro efetivo de empregados, decorrente da continuidade das políticas de desligamento por meio do PEAE, em que foram desligados 592 empregados em 2020, bem como, em função da cessão de empregados a outros órgãos públicos e mudança na metodologia de subsídio do plano odontológico. Para fazer frente aos reflexos negativos provocados pela Covid-19, houve ainda contenção de gastos com formação profissional e abono pecuniário.

As despesas com serviços de terceiros totalizaram o valor de R\$ 535,6 milhões, frente ao montante de R\$ 664,5 milhões do exercício anterior, correspondendo a uma economia de R\$ 128,9 milhões. A performance positiva se deu, em grande parte, pelas medidas de contingenciamento dos gastos adotados pela Empresa, com o propósito de atenuar os efeitos negativos da Covid-19 no resultado operacional, para tanto foram realizados aditivos e repactuações em diversos contratos.

O lucro operacional bruto do exercício, obtido pela diferença entre as receitas operacionais e o montante dos custos necessários à manutenção das atividades aeroportuárias, foi de R\$ 128,0 milhões, 85,3% inferior ao realizado em 2019, o que representou déficit de R\$ 740,8 milhões no resultado. A performance negativa em 2020 foi ocasionada pela redução de R\$ 1.279,5 milhões nas receitas brutas.

O resultado operacional apurado antes dos investimentos em Obras em Bens da União (OBU) totalizou prejuízo de R\$ 1.821,4 milhões, frente ao lucro de R\$ 288,8 milhões apurado em 2019. Após o registro dos investimentos em OBU, cujo montante totalizou R\$ 378,0 milhões, apurou-se Prejuízo Líquido do Exercício de R\$ 2.199,4 milhões, representando crescimento de 1370% ante ao prejuízo apurado em 2019 de R\$ 149,6 milhões.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2020

31 de dezembro de 2020

BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial - Ativo

	Notas explicativas	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.100.612	2.264.226
Contas a receber	7	182.045	303.679
Estoques		39.682	45.426
Impostos a recuperar	8	84.111	144.733
Adiantamento para empregados		7.056	4.420
Despesas antecipadas		9.000	6.792
Outros ativos	11	64.484	27.295
Total do ativo circulante		1.486.990	2.796.571
Não circulante			
Caixa restrito	6	125.212	137.265
Contas a receber	7	307.036	267.428
Depósitos judiciais	13	207.092	275.294
Investimentos	9	496.432	1.451.101
Imobilizado	10	216.084	231.194
Intangível	10	36.439	44.143
Total do ativo não circulante		1.388.295	2.406.425
Total do ativo		2.875.285	5.202.996

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Balanço Patrimonial - Passivo

	Notas explicativas	31/12/2020	31/12/2019
Passivo			
Circulante			
Fornecedores de bens e serviços		197.436	231.435
Empréstimo Bancário	12	54.400	-
Cauções de terceiros		25.831	27.926
Encargos trabalhistas	14	262.512	234.536
Provisão para PDITA/DIN		52.204	118.571
Tributos a recolher	8	27.916	43.536
Recursos de terceiros	26	70.285	100.369
Previdência complementar		7.729	9.308
Programa de assistência médica - PAMI		-	51.750
Receitas Antecipadas	16	229.961	236.144
Outras obrigações	17	10.043	6.142
Total do passivo circulante		938.317	1.059.717
Não circulante			
Benefício pós-emprego	15	832.599	1.004.655
Provisão para contingências	13	570.605	529.509

Recursos para aumento de capital	18	705.204	686.278
Outras obrigações	17	18.642	17.028
Total do passivo não circulante		2.127.050	2.237.470
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	19	3.399.439	2.855.940
Adiantamento para futuro aumento de capital	19	1.349.643	1.883.143
Prejuízos acumulados		(3.980.879)	(882.532)
Ajuste de avaliação patrimonial	19	(958.285)	(1.950.742)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(190.082)	1.905.809
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		2.875.285	5.202.996

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações de Resultado

	Notas explicativas	2020	2019
Receita operacional líquida	20	1.584.423	2.762.884
Custos dos serviços prestados	21	(1.456.438)	(1.894.080)
Lucro operacional bruto		127.985	868.804
Despesas gerais e administrativas	21	(1.138.836)	(148.928)
Outras despesas		(29.610)	(2.908)
Outras receitas		46.042	443.578
Resultado de equivalência patrimonial	9	(954.092)	(978.318)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		(1.948.511)	182.228
Despesas financeiras		(22.171)	(40.675)
Receitas financeiras		149.326	147.247
Resultado financeiro líquido	22	127.155	106.572
Resultado operacional antes do OBU		(1.821.356)	288.800
Recursos aplicados em bens da união	24	(378.034)	(438.375)
Resultado líquido do período		(2.199.390)	(149.575)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	2020	2019
Prejuízo / lucro do período	(2.199.390)	(149.575)
Benefício pós-emprego	992.457	(580.643)
Total de resultados abrangentes do período	(1.206.933)	(730.218)
Total de resultados abrangentes atribuível aos:		
Acionistas	(1.206.933)	(730.218)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020

	Notas explicativas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2019		2.855.940	1.883.143	(882.532)	(1.950.742)	1.905.809
Aportes de Capital (PAC)		-	10.000	-	-	10.000
Integralização de Aportes	AGE 08/07/2020	543.499	(543.499)	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(898.958)	992.457	93.499
Prejuízo do período		-	-	(2.199.390)	-	(2.199.390)
Em 31 de dezembro de 2020	19	3.399.439	1.349.644	(3.980.880)	(958.285)	(190.082)

Em 31 de dezembro de 2019

	Notas explicativas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2018		4.424.062	1.437.579	(3.353.967)	(1.370.099)	1.137.575
Absorção dos prejuízos acumulados	AGE 29/04/2019	(2.621.010)	-	2.621.010	-	-
Aportes de Capital	LOA 2019	-	1.477.158	-	-	1.477.158
Integralização de Aportes	AGE 29/04/2019	1.052.888	(1.031.594)	-	-	21.294
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	(580.643)	(580.643)
Prejuízo do período		-	-	(149.575)	-	(149.575)
Em 31 de dezembro de 2019	19	2.855.940	1.883.143	(882.532)	(1.950.742)	1.905.809

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Fluxo de Caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro (prejuízo) líquido do período	(2.199.390)	(149.575)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Recursos aplicados em bens da união	378.034	438.375
Ajuste de avaliação patrimonial	93.499	(580.643)
Provisões para processos tributários, cíveis e trabalhistas	41.096	(18.070)
Depreciação e amortização	60.211	76.311
Perda por redução do ativo imobilizado e intangível	(50.569)	(56.129)
Valor residual dos bens baixados	34.839	2.179
Benefício pós-emprego	(172.056)	(627.594)
Indenizações PDITA	(66.367)	118.571
Correção monetária do adiantamento p/aumento de Capital social	18.926	39.021
Resultado de Equivalência Patrimonial	954.092	978.318
Ajuste ao Valor Justo	(239)	857
	(907.924)	221.621
Variações nos ativos e passivos		
Caixa restrito	12.053	(28.578)
Contas a receber	82.026	6.400
Estoques	5.744	1.793
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	60.622	(16.206)
Adiantamento para empregados	(2.636)	3.390
Despesas antecipadas	(2.209)	280
Antecipações PDITA/DIN	-	3.672
Outros ativos	(37.189)	(5.626)
Depósitos judiciais	68.202	87.347
Fornecedores de bens e serviços	(27.505)	(9.726)
Cauções de terceiros	(2.095)	(3.917)
Encargos trabalhistas	27.975	(7.461)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(15.620)	(1.192)
Previdência complementar	(1.579)	(1.004)
PAMI	(51.750)	(19.253)
Receitas Antecipadas	(6.183)	15.192
Outras obrigações	5.517	(33.093)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(792.552)	213.639
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado / intangível	(20.849)	(16.507)
Investimentos	(6.494)	(120.877)
Recursos aplicados em bens da união	(378.034)	(438.375)
Recursos de terceiros	(30.085)	26.349
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(435.462)	(549.410)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recursos para aumento de capital	10.000	1.477.158
Empréstimo Bancário	54.400	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	64.400	1.477.158
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.163.614)	1.141.387
Caixa do início do período	2.264.226	1.122.839
Caixa do final do período	1.100.612	2.264.226
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.163.614)	1.141.387

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstrações do Valor Adicionado

	Notas explicativas	2020	2019
(=) Receitas			
Receita operacional		1.650.647	2.930.171
Outras receitas		46.042	443.578
		1.696.689	3.373.749
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais e serviços de terceiros		(695.353)	(909.323)
Perdas		(125.690)	(95.785)
Outras despesas		(29.611)	(2.909)
		(850.654)	(1.008.017)
(=) Valor adicionado bruto		846.035	2.365.732
(-) Retenções			
Provisões, reversões e perdas		(184.846)	902.106
(-) Depreciação / amortização		(60.211)	(76.311)
(=) Valor adicionado líquido		600.978	3.191.527
(+/-) Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	22	149.326	147.247
Resultado de equivalência patrimonial		(954.092)	(978.318)
(=) Valor adicionado total a distribuir		(203.788)	2.360.456
Distribuição do valor adicionado			
Salários e encargos		1.365.767	1.654.229
Tributos		229.630	376.752
Despesas financeiras	22	22.171	40.675
Obras em bens da união	24	378.034	438.375
Lucro (prejuízo) do exercício		(2.199.390)	(149.575)
Valor adicionado total distribuído		(203.788)	2.360.456

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Nota 1 - Contexto Operacional

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, empresa pública propriedade da União, companhia de capital fechado, foi constituída nos termos da Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, com a finalidade de implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária atribuída pela Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério da Infraestrutura, sendo-lhe permitido criar subsidiárias e participar, em conjunto com as mesmas, minoritariamente ou majoritariamente, de outras sociedades públicas ou privadas, no Brasil ou exterior. A exploração da infraestrutura aeroportuária engloba a construção, a implantação, a ampliação, a reforma, a administração, a operação, a manutenção e a exploração econômica de aeródromos civis públicos.

Com 48 anos de experiência, a Infraero presta serviços que atendem a padrões internacionais de segurança, conforto e qualidade, contribuindo com a integração nacional e o desenvolvimento do país, com o usufruto de seus clientes que utilizam atualmente os seus 44 aeroportos, 55 Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA) e 15 Terminais de Logística de Carga (Teca),

com operação direta e mediante parcerias com a iniciativa privada. Além disso, participa com 49% nas Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) que administram os aeroportos internacionais de Guarulhos, Campinas, Brasília, Confins e Galeão, compartilhando da governança com poderes de decisão, que foram estabelecidos em acordos de acionistas firmados entre as partes, no entanto, sem deter o controle.

Em continuidade ao processo de concessão de aeroportos pelo Governo Federal, em 2020 foi concluída a transferência à iniciativa privada da operação dos aeroportos de Vitória, Macaé, Cuiabá (a partir de janeiro), Campina Grande, Juazeiro do Norte (a partir de fevereiro), Aracaju, João Pessoa, Maceió (a partir de março) e Recife (a partir de abril).

O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República editou a Resolução CPPI n.º 25, em 8 de maio de 2019, estabelecendo que a Infraero poderá alienar suas participações acionárias nas concessionárias dos aeroportos do Galeão, Confins, Brasília e Guarulhos.

Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da Infraero

Para garantir a sustentabilidade econômico-financeira da empresa foram realizadas as seguintes ações:

- Arrecadação de novas receitas com a prestação de serviços;
- Adequação da estrutura de custos e reestruturação organizacional com extinção de 3 diretorias, 8 centros de suporte e adequação de cargos e funções de confiança;
- Reformulação do plano de saúde dos empregados;
- Continuidade do Programa Especial de Adequação do Efetivo - PEAE com a adequação sistematizada do efetivo, por meio dos programas de desligamento PDITA - Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria e DIN - Programa de Desligamento Incentivado;
- Cessão de empregados para órgãos do Governo Federal, no qual está previsto o ressarcimento integral dos custos diretos e indiretos.

Com a política do Governo Federal de dar continuidade ao processo de concessão de aeroportos para a iniciativa privada, estão em planejamento e em implantação diversas medidas para construir uma nova empresa voltada para a comercialização de portfólio de serviços e produtos altamente especializados, atuando em áreas estratégicas, dentre as quais se destaca:

- Elaboração de Plano Diretor;
- Desenvolvimento de Projetos de Aeroportos;
- Planejamento Aeroportuário;
- Licenciamento ambiental de aeroportos;
- Infraero Educação para consultoria e treinamentos;
- Soluções e suporte de TI para a infraestrutura aeroportuária;
- Prestação de serviços técnicos especializados;
- Consultoria ambiental, dentre outros

Além disso, será realizada a cisão da atividade de navegação aérea, nos termos da Lei n.º 13.903, de 19 de novembro de 2019, a qual apresenta resultados deficitários conforme disposto na Nota Explicativa 25 Informações por Atividades.

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa apresentou prejuízo no montante de R\$ 2.199.390 e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) em R\$ 190.082. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade operacional, tendo em vista que as ações de redução de despesa e aumento e geração de receita, bem como estruturação de plano de negócio para exploração de novos serviços, visam promover a sustentabilidade financeira nos próximos exercícios.

Declaração de Pandemia de coronavírus (Covid-19) pela Organização Mundial de Saúde (OMS)

Em 20 de março de 2020, foi editado o Decreto Legislativo nº 6, reconhecendo, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República, encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.

De forma a conter o avanço do vírus vários países decretaram o fechamento de fronteiras o que impossibilitou as operações das empresas aéreas.

A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) divulgou, em 27/3/2020, a malha aérea essencial para que o País continuasse conectado durante a pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Foram estabelecidos 1.241 voos semanais para as capitais dos 26 estados mais o Distrito Federal, além de outras 19 cidades, no período de 28 de março até o fim de abril. Segundo a Associação Brasileira das Empresas Aéreas - ABEAR, este movimento representa redução de 91,6% na malha aérea normalmente operada pelas empresas nacionais, comparando com o mesmo período de 2019.

O movimento operacional nos aeroportos administrados pela Infraero foi severamente impactado, registrou-se queda de 48,7% e 67,6% no movimento de aeronaves e passageiros, respectivamente, no exercício de 2020, em relação ao realizado em 2019. Destaca-se que em abril/2020 a queda do movimento de passageiros foi de 96,2%, em relação a abril/2019.

Desde o início da pandemia foram adotadas diversas medidas de contingenciamento, dentre elas reduções nas parcelas fixas dos contratos comerciais e postergação de vencimentos dos boletos com prorrogação contratual, de forma a mitigar os efeitos da pandemia em seus parceiros. Foram também postergados por 120 dias os vencimentos dos boletos das tarifas aeroportuárias (pouso, permanência e conexão) do Grupo I.

Foram adotadas medidas de adequação e otimização de gastos, mediante o corte e o contingenciamento de recursos orçamentários, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro, bem como garantir a operação dos aeroportos e da navegação aérea.

Cisão da Atividade de Navegação Aérea

Foi sancionada em 19 de novembro de 2019 a Lei n.º 13.903, relativa à Medida Provisória n.º 866, de 20 de dezembro de 2018, autorizando o Poder Executivo a criar a NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. - NAV Brasil, em decorrência da cisão parcial da Infraero.

Conforme disposto no artigo 2º da referida Lei, a cisão parcial da Infraero ocorrerá por meio de deliberação da Assembleia de Acionistas, após manifestação do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, e observado o procedimento previsto na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Em 24/12/2020, foi editado o Decreto n.º 10.589, que cria a empresa NAV Brasil a partir da versão do patrimônio cindido da Infraero.

Na Nota Explicativa 25 Informações por Atividades é apresentado o desempenho financeiro da atividade de navegação aérea (Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea) realizada pela Infraero nos exercícios de 2019 e 2020.

Nota 2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

-Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

-Moeda funcional

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do País. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

-Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

-Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, se o contrário estiver disposto em nota explicativa.

Nota 3 - Principais Políticas Contábeis

A empresa aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, descritas a seguir:

-Caixa e equivalentes de caixa

A Infraero classifica os recursos financeiros de caixa, fundos fixos e bancos, incluindo suas aplicações financeiras de liquidez imediata, de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa, cuja finalidade é atender aos compromissos de caixa de curto prazo, tendo as suas conversibilidades imediatas em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

-Caixa Restrito

A Infraero classifica como caixa restrito as aplicações mantidas em poupança, em virtude dos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) assinados com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, com a Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina e com o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo. A utilização desses recursos é exclusivamente para atender o licenciamento ambiental de empreendimentos, conforme trata o art. 36, da Lei Federal n.º 9.985, de 18/7/2000. A Empresa também considera caixa restrito as garantias em moeda corrente, previstas no art. 56, § 1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/93 e as aplicações do Tesouro.

-Ativos financeiros não derivativos

Infraero classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias:

-Mensurados ao valor justo por meio do resultado; e

-Mensurados ao custo amortizado.

A Infraero classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

-Aplicações financeiras; e

-Ações e investimentos em fundos nacionais.

A Infraero classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado:

-Caixa e bancos;

-Aplicações em contas de poupança;

-Contas a receber;

-Títulos públicos; e

-Depósitos judiciais.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Infraero mensura um ativo financeiro ao valor justo, acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Títulos patrimoniais

A Infraero possui ações em empresas do segmento de energia e telefonia, classificadas como investimentos e mensuradas ao valor justo. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/perdas na demonstração do resultado, quando aplicável.

Impairment

Infraero avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Outros instrumentos financeiros

Em relação aos passivos financeiros a Infraero detém em suas operações: dívidas com fornecedores, empréstimos bancários, garantias caucionárias para assegurar o cumprimento de obras nos aeroportos (a serem devolvidas à medida que os contratos se encerram), valores a receber faturados em nome da Infraero, mas de propriedade de outras autarquias (recursos de terceiros a repassar), dívidas referentes à previdência privada complementar e outras contas a pagar. Esses passivos financeiros são mensurados a custo amortizado.

-Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa. Com objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais, essas contas são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (Impairment).

É aplicada a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

É aplicada a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

-Estoques

Os materiais em almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição ajustados à eventuais perdas, quando aplicável.

-Investimentos

Os investimentos da Empresa são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC nº 18 (R2) - Investimento em Coligada e em Controlada.

Com base no método da equivalência patrimonial o investimento é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo efetivo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na Empresa.

A participação societária é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro (prejuízo) líquido. As demonstrações contábeis são elaboradas para o mesmo período de divulgação do resultado pelas suas coligadas. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Empresa.

-Impostos, taxas e contribuições

-Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar é o crédito que constitui moeda de pagamento de tributos da mesma espécie ou não, e estão sendo tecnicamente movimentados de acordo com a legislação vigente aplicada à matéria, sendo que há perspectivas reais de realização.

-Impostos a recolher

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido,

e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, que reflita as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Imposto diferido (ativo e passivo) são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, de acordo com o estabelecido no CPC n.º 32. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa.

A Infraero, de acordo com o CPC n.º 32 - Tributos sobre o Lucro e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente, ou na existência de fatos relevantes que modifiquem as premissas adotadas. Não constituímos o ativo fiscal diferido, uma vez que não temos expectativa de realização.

-Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. Como forma de assegurar a evolução das práticas, a política de transações entre partes relacionadas é revisada anualmente.

-Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado considerando-se o seu valor bruto de aquisição somado a todos os gastos diretamente atribuíveis e apresentado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação acumulada calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens e a perda por redução ao valor recuperável (Impairment), quando aplicável.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, sendo que os eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativa contábil, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo através de alienação (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Todo o grupo de ativos tangíveis, exceto o imobilizado em andamento, passou pelo teste de "recuperabilidade" (Impairment).

-Intangível

O ativo intangível é registrado considerando-se o seu valor bruto de aquisição somado a todos os gastos diretamente atribuíveis e apresentado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva amortização acumulada e a perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável (Impairment).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente, para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

- Provisões e Passivos

Provisões para riscos contingenciais

As provisões são reconhecidas quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam desembolsados para liquidação/desembolso de uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, cujo valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões constituídas são provenientes de processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal e trabalhista e outros. As premissas utilizadas para determinar os valores das obrigações, o grau de risco dos processos são estimadas pela Administração em conjunto com a área jurídica, a partir das evidências disponíveis e da análise na hierarquia das leis e jurisprudências disponíveis, nas decisões mais recentes dos tribunais e no andamento dos processos. No entanto, mudanças nas tendências de decisões proferidas ou nas jurisprudências de tribunais poderão alterar as estimativas ligadas às provisões para contingências.

Os valores das provisões são atualizados, mensalmente, pelos índices do Poder Judiciário, conforme a natureza do processo.

Os reflexos do reconhecimento das provisões para contingências são demonstrados na nota 13.

Passivos Contingentes

Os processos judiciais e administrativos classificados com grau de risco possível ou remoto, por serem caracterizados como passivo contingente, não são registrados no balanço, contudo, aqueles com grau de risco possível são evidenciados em nota explicativa indicando a quantidade de processos existentes e o valor total envolvido por natureza, conforme nota 13.

-Benefícios a empregados

A Empresa concede benefícios a empregados incluindo previdência privada, assistência médica (Programa Auxílio Saúde - PAS), assistência odontológica, seguro de vida, participação nos resultados, entre outros. O plano odontológico é administrado pela própria Empresa e financiado pelo regime de caixa. Em 2018, foi instituído novo modelo de custeio do Plano de Assistência Médica - PAMI, mediante a fixação de parcela mensal de contribuição dos empregados, com valores predeterminados, fixos e conhecidos. Os beneficiários arcam também com uma coparticipação, sempre que utilizarem os serviços, de 30% nos procedimentos de consulta e de 15% para exames ambulatoriais, tratamentos seriados e procedimentos cirúrgicos sem internação. A partir de 2020, o PAMI passou a ser administrado na forma de auxílio-saúde, mediante reembolso, conforme estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho 2019/2021.

A Infraero é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV e dos Planos de Benefícios Definidos - Planos BD I e II do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV. Os compromissos atuariais decorrentes das operações da Sociedade de Previdência Complementar são reconhecidos pelo regime de competência e com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente contratado pela patrocinadora Infraero. A avaliação atuarial é realizada, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC n.º 33 - Benefícios a Empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio, até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se os direitos aos benefícios já tiverem sido adquiridos, os custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Empresa e não podem ser pagos diretamente a Empresa. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

Ganhos e perdas atuariais - são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou e, incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais. São reconhecidos na demonstração do resultado abrangente.

-Reconhecimento de Receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a empresa e quando a mesma puder ser mensurada confiavelmente:

- Receita da prestação de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

-Receita financeira

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

-Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração do valor adicionado foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

-Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa.

-Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis da Empresa, é necessário utilizar julgamentos para contabilização de certos ativos, passivos e outras transações. Os itens onde a prática de julgamento pode ser considerada mais relevante referem-se à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e provisões para passivos trabalhistas e tributários. A aplicação de julgamentos resulta em valores estimados na contabilização das provisões necessárias para realização dos ativos, passivos contingentes, determinações de provisão para o imposto de renda e outros similares. Assim, os resultados reais podem

apresentar variações em relação a essas estimativas. Ambos, são constantemente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis significativas

-Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

-Provisão para indenizações ao Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria PDITA e Demissão Incentivada - DIN

Considerando a política adotada pelo Governo Federal para concessão à iniciativa privada de aeroportos administrados pela Infraero, a Empresa, por meio do termo aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado em 6/12/2011, resolveu implantar o Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria (PDITA) e Demissão Incentivada - DIN. Dessa forma, à medida que são disponibilizados os números de vagas para adesão, a empresa constitui a provisão para os desligamentos, utilizando como critério os empregados confirmados e deferidos, o montante da provisão é composto pelos seguintes benefícios: incentivo financeiro, multa de FGTS, aviso prévio e a contribuição sobre o aviso prévio indenizado.

-Ativos não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas

Os grupos de ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. Neste sentido, considerando que a Administração não espera nenhuma realização desses ativos (recuperação em decorrência da venda dos aeroportos constantes no PND - Programa Nacional de Desestatização), estes não serão classificados para o Ativo Circulante.

-Apuração do Resultado

O resultado do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento.

-Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante

Os direitos e as obrigações são demonstrados pelos valores calculáveis e de realização, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis. A classificação do curto e longo prazo obedece aos artigos 179 e 180 da Lei n.º 6.404/76, alterados pelas Leis n.ºs 11.638/07 e 11.941/09.

Nota 4 - Novas normas, alterações e interpretações contábeis

Novas normas, alterações e interpretações contábeis que entraram em vigor para períodos iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2020:

-Definição de um negócio (alterações a IFRS 3):

As alterações a IFRS 3 são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020. A Empresa deve aplicar a definição revisada de um negócio para as aquisições que ocorreram em ou após 1º de janeiro de 2020 para determinar se deveriam ser contabilizadas de acordo com a IFRS 3. Não é permitido reavaliar aquisições ocorridas antes da data de vigência da referida revisão.

-Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16):

A partir de 1º de junho de 2020, a IFRS 16 foi alterada para fornecer um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia do COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições:

-a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;

-qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (por exemplo, um benefício concedido em um arrendamento cumpriria esta condição se resultasse em pagamentos de arrendamento reduzidos em ou antes de 30 de junho de 2021 e em pagamentos de arrendamento aumentados que se estendessem após 30 de junho de 2021);

-não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

As concessões de aluguel que satisfaçam esses critérios podem ser contabilizadas de acordo com o expediente prático, o que significa que o locatário não avalia se a concessão de aluguel atende à definição de uma modificação de locação.

A Infraero contabiliza arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do contrato, conforme item 6 do CPC 06 (R2).

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020:

-Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37)

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Empresa ainda não determinou se haverá impactos significativos quando da adoção desta norma.

-Outras normas

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Empresa, a saber:

- alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em ou após 01/01/2022;

- alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022;

-alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;

-alteração nas normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (Reforma da Taxa de Juros de Referência - IBOR "fase 2") - As alterações são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, e esclarecem aspectos referentes a definição da taxa de juros de referência para aplicação nessas normas.

Nota 5 - Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	206	168
Conta corrente	1.247	19.443
Aplicação financeira	1.099.159	2.244.615
Total	1.100.612	2.264.226

As aplicações de liquidez imediata totalizam R\$ 1.100.612 e representam fonte de recurso a ser utilizada em decorrência de eventuais necessidades de caixa. Por ser Empresa Pública, as aplicações são realizadas por intermédio do Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal, conforme estabelece a Resolução n.º 3.284, de 25/5/2005, alterada pela Resolução n.º 4.034 de 30/11/2011, do Banco Central do Brasil, nos Fundos de Investimento a Curto Prazo Extramercado.

O Fundo de Aplicação do Extramercado recebe aplicações das disponibilidades resultantes de receitas próprias das autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta, bem como das fundações supervisionadas pela União.

Nota 6 - Caixa Restrito

	31/12/2020	31/12/2019
Aplicação do tesouro	77	72
TCCA's e convênios	99.304	109.267
Garantias caucionárias	25.831	27.926
Total	125.212	137.265

As aplicações de Notas do Tesouro correspondem à venda de participações societárias em cumprimento do Decreto n.º 1.068/94, que trata do Programa Nacional de Privatização - PND. Pela alienação foram recebidas Notas do Tesouro Nacional, série "P", resgatáveis até janeiro de 2030, ou seja, mantidas até o seu vencimento e que estão sob custódia do Banco Bradesco S.A., no valor de R\$ 77.

Os valores relativos aos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) assinados com a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina e com o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo estão aplicados em conta poupança, no total de R\$ 17.830.

Os saldos dos convênios celebrados com o Governo da Bahia, Ministério do Turismo e Itaipu Binacional destinam-se a realização de obras e serviços de engenharia visando a modernização dos aeroportos administrados pela Infraero. Atualmente o saldo relativo a esses convênios corresponde ao montante de R\$ 81.474.

As garantias caucionárias registradas em caixa restrito são da modalidade de moeda corrente, prevista no art. 56, §1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/93. São créditos efetuados diariamente, na conta da Infraero, correspondentes a 5% sobre o valor global dos contratos. Esses créditos serão corrigidos, e restituídos às empresas a medida que os contratos se encerram, ou quando as empresas solicitam a sua substituição por outra modalidade de garantia que totalizaram o valor de R\$ 25.831.

Nota 7 - Contas a receber

O saldo de contas a receber está apresentado pelo valor original deduzido das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa - PECLD.

-Composição do Contas a Receber

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Comerciais, Exploração de Serviços e Cursos e Treinamentos	430.839	390.725
Embarques e Conexão	22.283	87.078
Armazenagem e Capatazia	2.712	18.936
Pouso, Permanência e Navegação Aérea	348.730	233.506
Outros	335.377	365.204
(-) Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa	(650.860)	(524.342)
Total	<u>489.081</u>	<u>571.107</u>
Circulante	182.045	303.679
Não Circulante	307.036	267.428
Total	<u>489.081</u>	<u>571.107</u>

-Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD

O valor da PECLD está classificado em 6 (seis) classes distintas, com base no vencimento dos títulos na data de 31 de dezembro de 2020, conforme demonstrado:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A Vencer	38.181	40.099
Vencidos até 30 dias	35.679	20.018
Vencidos até 90 dias	42.852	21.436
Vencidos até 120 dias	23.841	5.994
Vencidos até 180 dias	37.790	8.534
Vencidos há mais de 180 dias	472.517	428.261
Total	<u>650.860</u>	<u>524.342</u>

-Movimentação na Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Infraero reconhece a Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos classificados no grupo Contas a Receber, incluindo as dívidas vencidas em processo de negociação e em cobranças judiciais. O montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A provisão foi calculada observando-se os aspectos fiscais da Lei n.º 9.430/96, o histórico de inadimplência dos clientes e a sua relevância. No cálculo da provisão são considerados todos os valores de receitas próprias que estejam em débito no período de apuração, e as empresas que apresentarem débitos no período de apuração, são incluídos na provisão todos os valores faturados até a medição, incluídos boletos vencidos. O incremento da provisão ocorreu pelo aumento da inadimplência em razão da suspensão das atividades pela COVID-19.

Em 31 de dezembro de 2020 a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 650.860.

Ainda que sofrendo tamanhos impactos da pandemia, alcançou um lucro líquido de R\$ 462,1 milhões, decréscimo de apenas 5,08% em relação ao ano anterior, justificado pela redução da receita operacional bruta em R\$ 157,4 milhões.

A conjuntura observada no campo fiscal afeta e afetou consideravelmente o Serpro, cujos principais clientes são unidades do Governo dependentes de recursos do Orçamento Geral da União (OGU). A queda na arrecadação federal, reflexo da diminuição verificada nas atividades econômicas, resultou em restrições orçamentárias para esses clientes, explicando a queda da receita operacional bruta oriunda do setor público da ordem de R\$ 285,8 milhões.

Esse impacto negativo, porém, foi amortecido pelo crescimento de R\$ 128,4 milhões nas receitas provenientes de clientes privados e pela melhoria na performance operacional da Empresa. Esse resultado demonstra empiricamente o acerto da estratégia adotada de intensificar a diversificação da carteira de clientes e a geração de novos negócios, o que trouxe o resultado expressivo da expansão das receitas com o mercado privado, que evoluíram 43,8% quando comparadas ao ano anterior e, ao final de 2020, passou a representar cerca de 12,9% da receita operacional bruta.

Continuamos a atuar de forma tempestiva e proativa para apoiar o governo no enfrentamento ao coronavírus (COVID-19) e ajudar a minimizar os efeitos provocados pela pandemia, com soluções digitais especialmente nas áreas de gestão pública, infraestrutura, saúde, educação e fazendária.

A administração da Empresa continua alerta e agindo de forma a assegurar sua sustentabilidade econômico-financeira, adotando medidas de contenção de gastos, otimização de recursos e minimização dos potenciais impactos financeiros, além daquelas voltadas à preservação da saúde dos empregados.

Cabe destacar que, até 31 de dezembro de 2020, não houve ocorrências que requerem registros com impactos negativos na situação patrimonial do Serpro, haja vista: a continuidade de prestação de serviços junto aos clientes, sem redução do valor dos contratos vigentes; a consequente manutenção do valor de uso de seus ativos; o fortalecimento da posição da Empresa como responsável pelos sistemas estruturantes do Governo Federal.

Destaca-se ainda, os impactos positivos na situação patrimonial, ainda que transitórios, decorrentes principalmente das medidas governamentais para mitigar os efeitos da crise sanitária, como a autorização para postergação do pagamento de tributos. A exemplo das Portarias ME 139/2020 e 245/2020, que dispõem sobre postergação do pagamento do INSS, PIS/COFINS e MP 927/2020, que dispõe sobre o parcelamento do FGTS.

O SERPRO vem adotando os devidos procedimentos e ações sanitárias de prevenção aos efeitos da COVID-19, visando a máxima segurança dos empregados no ambiente de trabalho, realizando ainda o monitoramento contínuo do avanço da pandemia em cada Estado brasileiro, e nas localidades em que houve retrocesso no controle da COVID-19. Optou-se para o retorno dos empregados ao regime de home office, respeitando as recomendações dos governos locais, priorizando assim, a saúde e o bem estar do corpo funcional.

1.2. O Serpro no contexto do Programa Nacional de Desestatização (PND)

Em virtude da inclusão do Serpro no Programa Nacional de Desestatização (PND) do Ministério da Economia, por meio do decreto nº 10.206/2020, e considerando as incertezas relevantes acerca das operações da Empresa, eventos ou decisões estratégicas podem: provocar modificações nas políticas e transações da Empresa; impactar o formato jurídico do Serpro no futuro próximo; provocar alterações na composição acionária, na cadeia de fornecedores, na carteira de clientes, nas parcerias de negócio, no modelo de negócio; alteração das políticas contábeis; alteração de critérios da administração em relação a créditos a receber; alteração do estatuto social; reformulação da governança corporativa; estimativas de provisões; dentre outros.

Caso se concretizem, essas alterações têm reflexo imediato e significativo nas demonstrações financeiras, até mesmo em relação aos segmentos das operações (Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC TG 22), na relação do Serpro com Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com a Bolsa de Valores B3, com o Governo Federal e com mercados externos.

Cumprir citar que, no âmbito do PND e nos termos dos art. 47 e art. 59 do Decreto 2.594/1998 e o art. 7º da Lei 13.334/2016, somente as contratações relativas à manutenção e operação da Empresa estão dispensadas de autorização do Ministério da Economia, excluídas, por exemplo, aquisição ou alienação de ativos (NE9 - Ativo não Circulante mantido para venda).

Nota 2. Preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade

As demonstrações financeiras estão preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras do exercício, encerrado em 31 de dezembro de 2020, foi autorizada pela Diretoria Executiva da Empresa, em reunião realizada no dia 27 de janeiro de 2021.

As demonstrações obtiveram manifestação favorável do Conselho de Administração, em reunião conjunta com o Conselho Fiscal, em 18 de março de 2021, e serão submetidas à aprovação em Assembleia Geral Ordinária no dia 29 de abril de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros, que são avaliados a valor justo com reflexo no patrimônio líquido, das provisões trabalhistas, cíveis e administrativas, que são mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação e suas variações impactam diretamente o resultado do exercício, e das provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego da Empresa, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, que podem impactar tanto resultado do exercício quanto outros resultados abrangentes (patrimônio líquido).

2.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real e, para fins de apresentação, as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação. Estimativas

e premissas são revistas de forma contínua e as revisões dessas estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.5. Mensuração do valor justo

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros ocorre pela abordagem do mercado principal, em que são utilizados os preços que foram observados e outras informações relevantes ao produto em transações no mercado que envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes.

2.6. Reclassificações

Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações podem ser reclassificadas. Essas reclassificações não atendem ao critério de materialidade e, portanto, não são objeto de reapresentação de balanço. Em síntese, representam alterações de nomenclatura de grupo de demonstrações, reclassificação de valores ou revisão de agrupamento de contas.

2.7. Imunidade Tributária

O Supremo Tribunal Federal (STF), através de decisão proferida nos autos da Ação Cível Originária (ACO) 2.658/DF de 06 de abril de 2018, fundamentada no art. 150, VI, "a" da Constituição Federal, concedeu ao Serpro a imunidade tributária recíproca sobre bens, patrimônio e serviços, condicionando a sua aplicabilidade exclusivamente às situações em que a Empresa prestar serviços a órgãos e entidades da administração pública.

Visando a operacionalização da mencionada decisão, o Serpro requereu aos entes tributantes do ISSQN de maior impacto em sua operação, o reconhecimento administrativo da sua imunidade recíproca, nos termos do definido pelo STF, tendo resultado positivo perante o fisco do Distrito Federal, mediante o ato declaratório GDF nº 622/2019, de caráter definitivo, e nos municípios de São Paulo e Porto Alegre, ambos pendentes de ratificação pelos fiscos locais.

Em relação aos Municípios do Rio de Janeiro, Curitiba, Belém, Recife, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e Florianópolis foi necessário a proposição da competente ação declaratória de imunidade tributária, tendo atualmente decisões provisórias que desobrigam o recolhimento dos impostos municipais para as seguintes municipalidades: Recife, Fortaleza, Belém, Belo Horizonte, Salvador e Rio de Janeiro.

Sobre os tributos federais, a estratégia adotada foi a implementação da apuração do IRPJ sobre o lucro não imune, por meio da segregação do lucro atribuído aos grupos de clientes: imunes e não imunes, o que ensejou uma minoração relevante deste tributo (NE 31.5). Com relação ao PIS e a COFINS, houve a modificação para o regime de cumulatividade sobre a receita com clientes imunes. (NE 26.3.2).

2.8. Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC

A Empresa apresenta a DFC, conforme NBC TG 03 (R3), pelo método direto, com reconciliação, em nota explicativa (NE 4.3), pelo método indireto.

2.9. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Empresa elabora DVA, conforme NBC TG 09, que é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

Nota 3. Principais políticas contábeis

Considerando o que dispõe a norma contábil, as práticas mais significativas aplicadas pelo Serpro no exercício de 2020 estão apresentadas a seguir:

3.1. Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades empresariais. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

3.2. Ativo Intangível

Trata-se de gastos incorridos, que atendem aos critérios de reconhecimento e mensuração para serem ativados, diretamente associados a software identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas.

3.3. Ativo não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda, se o objetivo da administração for a destinação para venda.

3.4. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados compreendem os benefícios de curto prazo a empregados, cuja liquidação é esperada em até 12 meses, tais como remuneração e encargos sociais, licença-prêmio, participação nos lucros e resultados, etc., os benefícios pós-emprego, tais como pensões, aposentadorias e assistência médica pós-emprego; e os benefícios rescisórios, referentes a Programa de Demissão Voluntária ofertado pelo Serpro.

3.4.1. Benefícios de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme prestação do serviço correspondente.

3.4.2. Benefícios pós-emprego

3.4.2.1. Planos de previdência complementar

3.4.2.1.1. Planos de benefício definido

As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria são registradas com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquidas dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e é realizado conforme a determinação de premissas atuariais, que incluem: estimativas demográficas, realizadas conforme a base de dados referente à população e aos planos, e econômicas.

As remunerações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidas no Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

Nota 8 - Impostos, taxas e contribuições

-Tributos a recuperar

O saldo de Impostos a Recuperar no montante de R\$ 84.111, compreende créditos tributários de curto prazo recuperáveis, provenientes de retenções na fonte, créditos de PIS e COFINS e apuração de saldos negativos de IRPJ e CSLL.

	31/12/2020	31/12/2019
PIS e COFINS	13.565	13.664
INSS	10.269	10.269
Imposto a recuperar (retido) - Lei 9.430/96	3.879	3.035
IRRF e IRPJ/CSLL	66.440	117.634
ISS	131	131
(-) Perda estimada crédito tributário	(10.173)	-
Total	84.111	144.733

Os tributos a recuperar PIS/COFINS decorrem de Pedidos de Restituições em análise pela Receita Federal do Brasil - RFB oriundos de retenções na fonte, e os saldos negativos de IRPJ e CSLL também dependem de homologação da RFB para realização das compensações com débitos vincendos.

Os créditos tributários reconhecidos como Imposto a Recuperar (retido), Lei n.º 9.430/96, referem-se às retenções na fonte realizadas pelos clientes da Infraero, nos termos do art. 64 da referida lei regulamentada pela IN RFB, n.º 1.234, de 11/1/2012.

-Tributos a recolher

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
PIS e COFINS	8.358	12.781
INSS s/ terceiros	3.922	5.745
Impostos a recolher (retenção) - Lei 9.430/96	11.985	20.122
ISS a recolher	3.614	4.786
Outros	37	102
Total	<u>27.916</u>	<u>43.536</u>

-Imunidade recíproca - ISS e IPTU

A Infraero não recolhe aos municípios, onde administra aeroportos, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS por prestar serviço público federal em nome da União, nem recolhe o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, pertinente aos sítios aeroportuários, porquanto se constituem propriedades da União Federal. Com efeito, o Supremo Tribunal Federal (STF), em mais de uma oportunidade, com respaldo na alínea "a", do inciso VI, do art. 150, da Constituição da República, reconhece à Infraero como, de ordinário, às demais empresas públicas, a aplicação do princípio da imunidade recíproca.

Em razão disso, a Empresa decidiu por não realizar provisão de possíveis perdas em ações de execução fiscal envolvendo as matérias supramencionadas. O recolhimento de ISS no qual a Infraero apresenta valores é decorrente de retenções de Prestadores de Serviços em atendimento do art. 6º da Lei Complementar n.º 116/03.

A Infraero só reconhece a provisão mediante avaliação da probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Em razão disso, a Infraero decidiu por não realizar provisão contábil passiva relativas às ações de execução fiscal do Imposto sobre Serviços - ISS.

Nota 9 - Investimentos

-Composição

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Participação em fundos	1.250	1.011
Obras de arte	873	1.689
SPE	6.014.730	6.014.730
Equivalência patrimonial	(5.520.421)	(4.566.329)
Total	<u>496.432</u>	<u>1.451.101</u>

As participações em fundos, R\$ 1.250, que possuem mercado ativo e são negociadas em bolsa de valores, foram atualizadas ao valor de mercado e reconhecidas a valor justo. O valor líquido de R\$ 494.309 corresponde ao valor total da participação da Infraero nas SPE considerando sua responsabilidade societária até o limite do saldo de investimento em cada SPE, na forma da Lei n.º 6.404/76.

-Investimentos mensurados a valor justo

	31/12/2020	31/12/2019
Telefônica Brasil S.A. - ON (VVT3)	68	-
Telefônica Brasil S.A. - PN (VVT4)	-	84
Cotas FINAM (FNAM11)	1.099	879
Cotas FINOR (FNOR11)	81	46
Outros	2	2
Total	1.250	1.011

-Investimentos em coligadas

	Total Investimento	Resultado da Equivalência Patrimonial	Saldo do Investimento
Em 31 de dezembro de 2020			
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A	1.286.033	(1.286.033)	-
Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A	708.050	(708.050)	-
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A	777.385	(777.385)	-
Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A	2.798.861	(2.388.340)	410.521
Concessionária Aerobrasil - Confins	444.401	(360.613)	83.788
Total	6.014.730	(5.520.421)	494.309

O quadro a seguir apresenta a movimentação da participação da Infraero (49% do Capital Social) nas Sociedades de Propósitos Específicos - SPE de Brasília, Rio de Janeiro e Confins.

	Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A	Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A	Concessionária Aerobrasil - Confins	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	32.351	2.105.225	186.242	2.323.818
Aporte de capital	102.900	-	-	102.900
Resultado de equivalência patrimonial	(135.251)	(804.392)	(38.674)	(978.317)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	1.300.833	147.568	1.448.401
Aporte de capital	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	(890.312)	(63.780)	(954.092)
Saldo em 30 de junho de 2020	-	410.521	83.788	494.309

De acordo com o item 22 - (c) do pronunciamento técnico CPC 45 - Divulgação de Participação em Outras Entidades, a investidora deve divulgar a parcela do prejuízo da investida cujo reconhecimento foi suspenso em função de ter zerado o saldo líquido das contas que integram o investimento total líquido. Em três das cinco Sociedades de Propósitos Específicos - SPE (Viracopos, Inframerica e Guarulhos), investidas pela Infraero, os prejuízos apurados superaram o montante investido.

A Infraero não possui obrigações legais ou constitutivas de fazer pagamentos ou de arcar com compromissos decorrentes do passivo a descoberto de suas coligadas. Desta forma, não foi constituído passivo do excedente da equivalência patrimonial, já que a responsabilidade da Empresa é adstrita às ações integralizadas no Capital Social das coligadas.

Nota 10 - Imobilizado e Intangível

-Composição imobilizado

	31/12/2020	31/12/2019
Custo histórico	1.061.537	1.187.750
Depreciação	(692.469)	(750.567)
Bens disponíveis para venda	-	(105)
Redução ao valor recuperável	(152.984)	(205.884)
Total	216.084	231.194

-Movimentação imobilizado

	Taxa de Depreciação	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixa	Transf	Saldo em 31/12/2020
Custo						
Edificações e Benfeitorias		45.775	-	(326)	(56)	45.393
Imobilização em Andamento		76.882	8.129	(6.487)	(342)	78.182
Instalações, Maquinas e Equip		549.839	9.535	(62.576)	(3.640)	493.158
Móveis e Utensílios		119.551	1.163	(18.702)	(391)	101.621
Terrenos		39.870	-	-	-	39.870
Veículos		355.057	965	(52.797)	(2.391)	300.834
Outros		671	83	-	-	754
Redução ao Valor Recuperável		(174.264)	-	21.280	-	(152.984)
Redução ao Valor Recuperável - concessão		(31.620)	-	31.620	-	-
Bens em Comodato		0	-	-	1.725	1.725
Total		981.761	19.875	(87.988)	(5.095)	908.553
Depreciação acumulada						
Edificações e Benfeitorias	4% e 10% a.a.	(4.545)	(1.706)	81	56	(6.114)
Instalações, Maquinas e Equip	10% e 5% a.a.	(383.371)	(28.353)	48.088	2.798	(360.838)
Móveis e Utensílios	10% a.a.	(84.271)	(7.983)	14.815	319	(77.120)
Veículos	25% a.a.	(278.350)	(15.557)	44.098	1.935	(247.874)
Outros		(30)	(31)	2	-	(59)
Bens em Comodato		0	(464)	-	-	(464)
Total		(750.567)	(54.094)	107.084	5.108	(692.469)
Imobilizado líquido		231.194	(34.219)	19.096	13	216.084

-Composição intangível

	31/12/2020	31/12/2019
Custo histórico	153.972	162.107
Amortizações	(108.018)	(110.780)
Redução ao valor recuperável	(9.515)	(7.184)
Total	36.439	44.143

-Movimentação intangível

	Taxa de Depreciação	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixa	Transf	Saldo em 31/12/2020
Custo						
Licença de uso de software		154.067	974	(9.109)	-	145.932
Marcas, direitos e patentes		16	-	-	-	16
Software em desenvolvimento		8.024	-	-	-	8.024
Redução ao valor recuperável		(7.154)	-	(2.361)	-	(9.515)
Redução ao Valor Recuperável - concessão		(30)	-	30	-	-
Total		154.923	974	(11.440)	-	144.457
Amortização acumulada						
Licença de uso de software	20% a.a.	(110.765)	(6.131)	8.893	-	(108.003)
Marcas, direitos e patentes	20% a.a.	(15)	-	-	-	(15)
Software em desenvolvimento		-	-	-	-	-
Total		(110.780)	(6.131)	8.893	-	(108.018)
Intangível líquido		44.143	(5.157)	(2.547)	-	36.439

-Teste de recuperabilidade

Os critérios para projeção de receitas e despesas utilizados na elaboração do fluxo de caixa são revisados anualmente pela Alta Administração da Infraero e são os mesmos adotados no Orçamento e no Planejamento Empresarial, sendo que, neste exercício, em face à queda brusca do movimento operacional decorrente a Pandemia do Covid-19, adotamos critérios de projeção diferentes dos adotados anteriormente.

Para o ano de 2021, tanto as receitas como as despesas operacionais esperadas serão próximas a prognose do movimento operacional pessimista para 2019 e o valor das tarifas e receitas operacionais atualizadas, pelo critério de reajuste usual (PIB, IPCA e Reajuste Tarifário). Salientamos, que para o ano de 2022 os critérios de projeção foram os usualmente adotados historicamente, salvo o dispêndio de pessoal, o qual consideramos reajustes igual a metade da inflação, acrescida de 1% a partir de agosto em face a progressão de carreira. A tabela abaixo demonstra os critérios adotados:

Descrição	Critérios 2020	Critérios 2021
Receitas Operacionais		
Pouso Doméstico	PIB + Reajuste Tarifário	Mov. Op. Pes. de 2019 + Reajuste Tarifário
Pouso Internacional	PIB + Reajuste Tarifário	Mov. Op. Pes. de 2019 + Reajuste Tarifário
Permanência Doméstica	PIB + Reajuste Tarifário	Mov. Op. Pes. de 2019 + Reajuste Tarifário
Permanência Internacional	PIB + Reajuste Tarifário	Mov. Op. Pes. de 2019 + Reajuste Tarifário
Embarque Doméstico	PIB + Reajuste Tarifário	Mov. Op. Pes. de 2019 + Reajuste Tarifário
Embarque Internacional	PIB + Reajuste Tarifário	Mov. Op. Pes. de 2019 + Reajuste Tarifário
DAI	PIB	Mov. Op. Pes. de 2019 + PIB
DAPE	PIB	Mov. Op. Pes. de 2019 + PIB
TECAS Concedidos	IPCA	Mov. Op. Pes. de 2019 + IPCA
Navegação Aérea TAT	PIB	Mov. Op. Pes. de 2019 + PIB
Conexão	PIB + Reajuste Tarifário	Mov. Op. Pes. de 2019 + Reajuste Tarifário
Concessão de Áreas	IPCA	Mov. Op. Pes. de 2019 + IPCA
Exploração de Serviços	IPCA	Mov. Op. Pes. de 2019 + IPCA
DAE	PIB	Mov. Op. Pes. de 2019 + PIB
Cancel. de Receita, Pasep e Cofins	IPCA	Mov. Op. Pes. de 2019 + IPCA
Recuperação de Despesas	IPCA	Mov. Op. Pes. de 2019 + IPCA
Despesas Operacionais		
Pessoal, Encargos Diretos e Indiretos	IPCA	Desconsiderou-se reajuste salarial
Material de Consumo	IPCA	Mov. Op. Pessimista de 2019 + IPCA
Serviços Contratados	IPCA x 2	Mov. Op. Pessimista de 2019 + IPCA
Serviços Públicos	IPCA x 1,5	Mov. Op. Pessimista de 2019 + IPCA
Despesas Gerais	IPCA	Mov. Op. Pessimista de 2019 + IPCA

Na apuração do VPL e Payback Econômico, foi adotado como referência para o custo de capital a Taxa de Longo Prazo - TLP, divulgada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES.

Desta forma, foi identificada em 2020 uma reversão da perda por desvalorização no ativo imobilizado e intangível de R\$ 50.570, havendo uma redução em relação à perda constituída em 2019, na ordem de R\$ 5.559 mil.

Resultados Financeiros	2020	2019
Período de Análise	*	*
Redução por Impairment	(50.570)	(56.129)
Custo de Capital - TLP	6,35%	5,40%
Taxa Cresc. Perpetuidade	-	3,12%

* Considerando as datas previstas para entrega dos aeroportos em concessão (22 em mai/2021 e 22 em nov/2022) e navegação aérea até dez/2020.

-Reconhecimento da Depreciação/Amortização no Resultado

Os valores de depreciação e amortização reconhecidos no resultado em 31 de dezembro de 2020 totalizam R\$ 60.211, sendo R\$ 54.080 referentes a depreciação e R\$ 6.131 amortização (R\$ 76.311 em 31 de dezembro de 2019, sendo R\$ 63.817 depreciação e R\$ 12.494 amortização).

Nota 11 - Outros Ativos

Outros Ativos

Ativos	31/12/2020	31/12/2019
Empregados cedidos (i)	47.753	18.916
PAMI coparticipações a receber	14.476	7.847
Outros ativos	2.255	532
Total	64.484	27.295

São valores a receber relativo ao custo dos empregados cedidos à órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.

Nota 12 - Empréstimo Bancário

Em outubro/2020, foi realizada a contratação do Banco Santander (Brasil) S.A., para o fornecimento de empréstimo financeiro, com Linha de Crédito específica para Capital de Giro de Curto Prazo, em operação de 12 meses com 7 meses de carência, no valor de R\$ 54.400, acrescido do custo financeiro decorrente (CDI + 3,5% a.a). Foi ofertado, como garantia, os valores do contas a receber das receitas de Tarifas Aeroportuárias e Tarifa de Embarque, na mesma proporção do empréstimo.

Nota 13 - Provisão para demandas judiciais

A Infraero é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos administrativos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de seus processos judiciais e administrativos conduzido pelo departamento jurídico próprio e por advogados internos.

A Empresa avalia suas contingências, tendo por base a expectativa de perda, segundo o grau de risco de cada ação judicial. A classificação de risco e os valores estimados, são elaborados com base em análise da Superintendência Jurídica e melhor julgamento da Administração, de acordo com os seguintes níveis de risco:

Provável - Quando há risco alto de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é superior à chance de não ocorrência, cuja probabilidade de perda (taxa de risco) esteja classificada de acordo com o manual de classificação e avaliação de risco de ações judiciais da Infraero, como risco alto ou praticamente certo.

Possível - Quando há risco intermediário de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é menor que no nível provável e maior que no nível remoto; a qual a administração classifica como risco médio.

Remoto - Quando há risco baixo de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é pequena. Em conformidade ao CPC 25, as contingências classificadas como remotas, não são provisionadas e nem divulgadas em nota explicativa.

Com base em informações do jurídico, a Administração efetuou análise dos processos judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, analisou, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituição de provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso.

A Empresa constituiu provisões para contingências suficientes para cobrir as perdas referentes aos processos judiciais, pelos quais a mesma é considerada como ré. Já os saldos de depósitos judiciais referem-se aos depósitos em juízo efetuados por determinação judicial, de acordo com as particularidades de cada uma das causas.

A Infraero é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- Ações Trabalhistas

-Pedidos de pagamento de adicional de insalubridade ou de periculosidade para empregados que trabalham em pátios de manobras ou áreas de terminais de carga aérea nos aeroportos. Trata-se de ações, na sua grande maioria, intentadas pelo Sindicato Nacional dos Aeroportuários - Sina, na condição de substituto processual da categoria dos aeroportuários. As decisões são diversificadas nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não tendo sido a matéria pacificada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.

-Pedidos de condenação da Infraero sob o prisma da responsabilidade subsidiária na apuração de verbas salariais ou parcelas rescisórias. Trata-se de ações propostas por empregados ou ex-empregados de empresas contratadas (terceirizados), cujas decisões têm sido diversificadas nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não tendo sido a matéria pacificada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.

-Ações Cíveis

-Quanto às ações cíveis, existem pedidos diversificados de indenizações e cobranças nas unidades regionais da Infraero, decorrentes de: acidentes e/ou incidentes aeronáuticos; furtos ou avarias de cargas em terminais de carga; furtos, acidentes e danos materiais ocorridos em áreas operacionais e terminais de passageiros, cumulados com danos morais; acidentes e/ou incapacidades laborais; relações oriundas de contratos administrativos firmados pela Empresa, em função de execução de obras, serviços e concessões de áreas aeroportuárias; além de discussões sobre a legalidade de cobrança de tarifas aeroportuárias.

-Ações Tributárias

-A Infraero está sujeita a fiscalizações realizadas pelas autoridades fiscais com relação às operações que realiza. A fim de elidir eventuais autuações fiscais relativas à formação da base de cálculo e quanto à incidência de determinados tributos e contribuições sobre atividades econômicas desenvolvidas pela empresa, a Empresa busca provimento judicial para obter a suspensão da exigibilidade do tributo em litígio mediante garantia em dinheiro por meio de depósitos judiciais.

-Ações Administrativas

-A Infraero é parte envolvida em processos que tramitam na esfera administrativa de eventuais passivos perante o INMETRO, ANVISA, ANAC, Secretaria da Receita Federal do Brasil (processos decorrentes das atividades sujeitas a alfandegamento), PROCON, ANATEL e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.

-Ações ambientais

-A Infraero constitui provisões para ações ambientais decorrentes de multas aplicadas por órgãos públicos, que estão em discussão na esfera administrativa, originadas do curso normal de suas atividades ou de alegado descumprimento/não atendimento de condicionantes ambientais.

Processos judiciais e extrajudiciais provisionados

Os valores das ações classificadas com risco de perda provável foram provisionados e estão demonstrados no quadro a seguir:

	Processos prováveis	
	31/12/2020	31/12/2019
Processos fiscais	23.548	32.047
Processos administrativos	82.895	87.209
Processos trabalhistas	392.837	344.009
Processos cíveis	69.852	65.765
Processos ambientais	1.473	479
Total	570.605	529.509

A seguir, demonstramos a movimentação das ações prováveis ocorridas durante o período:

Movimentação das ações prováveis	31/12/2019	Adições	Reversão	31/12/2020
Processos fiscais	32.047	9.348	(17.847)	23.548
Processos administrativos	87.209	7.100	(11.414)	82.895
Processos trabalhistas	344.009	210.905	(162.076)	392.838
Processos cíveis	65.765	44.129	(40.042)	69.852
Processos ambientais	479	993	-	1.472
Total	529.509	272.475	(231.379)	570.605

Contingências judiciais e extrajudiciais não provisionadas

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa possuía ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, para as quais não foi constituída provisão, totalizando R\$ 1.445.914, conforme demonstrado:

	Processos possíveis	
	31/12/2020	31/12/2019
Processos fiscais	387.060	890.680
Processos administrativos	279.642	284.213
Processos trabalhistas	172.331	221.897
Processos cíveis	603.324	943.860
Processos diversos	3.557	3.129
Total	1.445.914	2.343.779

Depósitos recursais e judiciais

Correlacionados às contingências, existem depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos das ações judicialmente discutidas pela Empresa. Em 31/12/2020, os depósitos judiciais mantidos pela Empresa representam R\$ 324.046 deduzidos de uma provisão para perda no montante de R\$ 116.954, conforme apresentados a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos judiciais trabalhistas	312.402	442.362
Depósitos judiciais cíveis	11.611	25.928
Depósitos judiciais diversos	33	4.188
(-) Provisão para perda	(116.954)	(197.184)
Total	207.092	275.294

Ativos Contingentes

A Infraero não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como praticamente certa.

Nota 14 - Encargos trabalhistas

	31/12/2020	31/12/2019
Encargos sobre férias	48.798	42.042
Férias a pagar	110.729	100.358
Ordenados e salários a pagar	40.221	18.744
FGTS a Recolher	6.179	9.417
INSS a Recolher	29.442	32.693
IRRF s/ folha de pagamento	27.143	31.282
Total	262.512	234.536

Os valores registrados no grupo de contas de encargos trabalhistas referem-se a saldos devidos por ordenados e salários, férias e encargos incidentes sobre a folha de pagamento de pessoal. Tais valores são provisionados conforme a competência dos fatos ocorridos e baixados posteriormente, quando os mesmos são liquidados.

Nota 15 - Benefícios a empregados

- Programas Especial de Adequação do Efetivo (PEAE)

O Programa Especial de Adequação do Efetivo - PEAE visa a redução de empregados excedentes e equalização do quadro de pessoal entre as unidades da Infraero, em virtude da política de concessão de aeroportos adotada pelo Governo Federal a partir de 2011. O PEAE é composto de três módulos: Incentivo à Transferência para Concessionárias ou à Aposentadoria - PDITA, Desligamentos Incentivados - DIN e Transferência Especial de empregados entre unidades da empresa - TE. As oportunidades de desligamento são oferecidas em ciclos, com cronogramas pré-definidos, nos quais constam períodos determinados desde a fase de inscrição até o prazo de desligamento.

-Desligamento incentivado - DIN

O desligamento incentivado - DIN é uma modalidade de desligamento a pedido, prevista no Programa Especial de Adequação do Efetivo (PEAE), que visa à adequação do efetivo excedente na empresa, em decorrência do processo de concessão de aeroportos.

	2020	2019
Quantidade de desligamentos	157	204
Montante envolvido - R\$ mil	34.327	34.366

- Movimentação no Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria - PDITA

	2020	2019
Quantidade de desligamentos	435	596
Montante envolvido - R\$ mil	165.815	235.066

Os desligamentos pelo PDITA e pelo DIN estão sendo realizados com recursos oriundos do Programa Nacional de Desestatização - PND, assumidos pelas concessionárias vencedoras dos leilões dos aeródromos concedidos.

-Plano de Previdência Complementar

A Infraero é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV e dos Planos de Benefício Definido Planos BD I e II do Instituto Infraero de Seguridade Social INFRAPREV, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, bem como promover seu bem-estar social. A Empresa reconhece o valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelo método de crédito unitário projetado, relacionado aos

Planos de Benefício Definido e Contribuição Variável. O de pagamentos das contribuições futuras que beneficiarão a Empresa (valor contabilizado na rubrica Benefício Pós-Emprego) representa o valor estimado das reduções. Este valor depende de uma série de variáveis e premissas relativas à taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

Os recursos que o Instituto dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de sua patrocinadora, participantes, assistidos e autofinanciados e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

O Infraprev possui três planos de previdência: dois de Benefício Definido e um de Contribuição Variável (Plano CV), o qual detém o maior número de participantes. A partir da implantação do Plano de Contribuição Variável, em dezembro de 2000, somente este plano está aberto à entrada de novos participantes.

Planos	Benefícios	Classificação	Vigência
Plano BD I	Aposentadoria e Pensão	Benefício Definido	Fechado para novos participantes
Plano BD II	Aposentadoria e Pensão	Benefício Definido	Fechado para novos participantes
Plano CV	Aposentadoria e Pensão	Contribuição Definida *	Aberto

* Trata-se de um plano híbrido, pois possui riscos atuariais para o serviço passado, de participantes que migraram dos planos de benefício definido.

Perfil de Participantes dos planos

Planos	31/12/2020			31/12/2019		
	Ativos *	Assistidos **	Total	Ativos *	Assistidos **	Total
Plano BD I	15	146	161	16	151	167
Plano BD II	0	20	20	0	20	20
Plano CV	6.947	4.793	11.740	7.738	4.424	12.162

* Compõem os Ativos, os participantes auto patrocinados, Benefício Proporcional Diferido (BPD) e os pensionistas.

** Os Assistidos correspondem aos aposentados e participantes em auxílio-doença.

A Infraero contratou empresa especializada para prestação de serviços técnicos de Avaliação Actuarial dos benefícios pós-emprego oferecidos aos seus empregados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC n.º 33. A contratada realizou avaliação atuarial para a contabilização em balanço dos benefícios pós-emprego oferecidos. Dessa forma, as avaliações atuariais são elaboradas anualmente, por atuário externo, e as informações constantes, a seguir, referem-se àquelas efetuadas na data base de 31 de dezembro de 2020.

Premissas atuariais e econômicas

Hipóteses	BD I	BD II	CV
Crescimento real dos salários	0,00% a.a.	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Crescimento real dos benefícios	0,00% a.a.	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Taxa de juros de desconto atuarial anual - nominal	7,28% a.a.	7,28% a.a.	7,28% a.a.
Taxa de juros de desconto atuarial anual - real	3,40% a.a.	3,40% a.a.	3,40% a.a.
Método atuarial de financiamento	Crédito unitário projetado		
Regime financeiro	Capitalização		
Expectativa de inflação	3,75% a.a. obtida a partir da mediana da taxa projetada pelo BACEN para o IPCA em 2019		
Tábua de rotatividade (Turnover)	0,00%		
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M&F		
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M&F		
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	AT-49 M		
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicável		Álvaro Vindas

Composição Familiar

Plano I de Benefícios Saldado, Plano II de Benefício Definido e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável:

-Benefícios a Conceder: para a definição do número de beneficiários, foi considerada a composição familiar média com as características recomendadas no "Estudo Técnico para Fundamentação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação Actuarial de 31/12/2020", disponibilizado pelo Infraprev.

-Percentual de Casados: 80%.

-Diferença de Idade entre Participante e Cônjuge: 4 anos.

-Filho temporário até os 24 anos.

-Benefícios Concedidos (aposentadorias e pensões): foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecido pelo Infraprev.

-Percentual de Casados: 80%.

-Diferença de Idade entre Participante e Cônjuge: 4 anos.

-Filho temporário até os 24 anos.

Taxa de Desconto Actuarial Real

A taxa de desconto actuarial real, compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com vencimento em 15/8/2026, com duration aproximada a dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes e assistidos da Infraero em cada plano são as seguintes:

	<u>Duration (anos)</u>	<u>Taxa de desconto</u>
Plano I de Benefícios Saldados	11,17	3,40%
Plano II de Benefício Definido	11,80	3,40%
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável	12,03	3,40%

As hipóteses foram adotadas em consonância com os estudos de adequação de hipóteses elaborados pela entidade de previdência complementar responsável pela gestão do plano de benefícios, exceto em relação à hipótese de taxa de juros, a qual foi definida tomando-se por base a NTN-B com vencimento mais próximo, porém não superior à duration do passivo, a qual foi calculada usando-se a metodologia definida na Instrução nº 10, de 30/11/2018, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Valor Justo dos Ativos do Plano

Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos	31/12/2020		
	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV
Valor justo dos ativos no início do período	110.103	16.850	2.225.074
Receita de juros	7.461	1.142	150.789
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano	(2.013)	(1.763)	101.423
Contribuições do patrocinador	-	-	3.580
Contribuições dos participantes	-	-	3.622
Benefícios pagos pelo plano	(6.221)	(575)	(252.069)
Ativos (adquiridos)/transferidos de outros planos por transação	-	-	-
(=) Valor justo dos ativos do plano no final do período	109.330	15.654	2.232.419

Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos	31/12/2019		
	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV
Valor justo dos ativos no início do período	98.501	14.857	1.401.330
Receita de juros	8.632	1.302	122.804
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano	8.917	1.242	937.457
Contribuições do patrocinador	-	-	3.963
Contribuições dos participantes	-	-	4.008
Benefícios pagos pelo plano	(5.947)	(551)	(244.488)
Ativos (adquiridos)/transferidos de outros planos por transação	-	-	-
(=) Valor justo dos ativos do plano no final do período	110.103	16.850	2.225.074

Apuração do Passivo (Ativo) atuarial a ser reconhecido no Balanço

Apuração do Passivo (Ativo) atuarial a ser reconhecido no Balanço	31/12/2020			31/12/2019		
	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV
1. Ativo Líquido de Cobertura do Plano						
1.1. Valor Justo dos Ativos do Plano	109.330	15.654	2.232.419	110.103	16.850	2.225.074
2. Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos						
2.1. Obrigações atuariais apuradas na avaliação	(95.742)	(9.424)	(2.059.602)	(101.100)	(9.888)	(1.979.884)
2.2. Nível de cobertura, se (déficit) ou superávit (1.1.+2.1.)	13.588	6.230	172.817	9.003	6.962	245.190
3. Status do fundo e (Passivo)/Ativo reconhecido						
Status do Plano de Benefícios						
Valor presente da obrigação atuarial	(95.742)	(9.424)	(2.059.602)	(101.100)	(9.888)	(1.979.884)
(-) Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial	-	-	-	-	-	-
(=) Valor presente da Obrigação Atuarial Líquida	(95.742)	(9.424)	(2.059.602)	(101.100)	(9.888)	(1.979.884)
Valor justo dos ativos do plano	109.330	15.654	2.232.419	110.103	16.850	2.225.074
(=) Status do plano de benefícios (déficit/superávit)	13.588	6.230	172.817	9.003	6.962	245.190
Efeito do teto do ativo	(13.588)	(6.230)	(172.817)	(9.003)	(6.962)	(245.190)
Responsabilidade Ativo (Passivo) líquido decorrente da obrigação do plano						
(Passivo)/Ativo reconhecido no início do período	-	-	-	-	-	(49.497)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	-	-	28.181	-	-	(12.957)
Valor reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	-	-	(28.181)	-	-	62.454
(=) (Passivo)/Ativo reconhecido no final do período	-	-	-	-	-	-
Apuração do efeito do teto do limite do ativo						
Valor presente dos benefícios econômicos (teto)*	-	-	-	-	-	-
Efeito da restrição sobre o ativo (Superávit - Teto)	13.588	6.230	172.817	9.003	6.962	245.190

* O cálculo do benefício econômico disponível, de que trata o item 65 do CPC 33 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido, considera o valor presente dos fluxos dos benefícios econômicos considerando a taxa de juros de desconto conforme item 83 do referido CPC.

Para os Planos BD I, BD II e CV existem recursos integralizados suficientes para garantir o pagamento dos compromissos dos planos, não tendo obrigação atuarial a ser provisionada pela empresa.

-Programa de assistência médica da Infraero - PAMI

A Infraero e o Sindicato Nacional dos Empregados em Empresas Administradoras de Aeroportos (SINA), por meio do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) celebrado em 3/12/2019, com vigência entre o período de 1/5/2019 a 30/4/2021, instituíram novo modelo de custeio do PAMI, agora de caráter

indenizatório, conforme Cláusula 48, parágrafo 9º, e, como tal, limita o valor da obrigação da patrocinadora aos valores mensais, por faixa etária.

Premissas atuariais e econômicas

Premissas	31/12/2020
Método atuarial de financiamento	Crédito unitário projetado
Regime financeiro	Capitalização
Expectativa de inflação	3,75% a.a. obtida a partir da mediana da taxa projetada pelo BACEN para o IPCA em 2019
Taxa de juros de desconto atuarial anual - nominal	7,28% a.a.
Taxa de juros de desconto atuarial anual - real	3,40% a.a.
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M&F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M&F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	AT-49 M
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicável
Tábua de rotatividade (Turnover)	2,34% a.a.
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)*	3,00% a.a. real
Composição familiar para custo de pensão (participantes/aposentados)	Foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecido pela empresa com os titulares e dependentes no plano, sendo que, conforme disposto no regulamento, somente os titulares e seus cônjuges tem direito a permanecer no plano após a aposentadoria

** A HCCTR (Health Care Cost Trend Rate) representa a expectativa de inflação médica anual nominal de longo prazo como, por exemplo, quanto os custos médico-hospitalares irão aumentar no longo prazo, independentemente do envelhecimento da população e da inflação.

- Análise de Permanência no Plano de Saúde

A análise de permanência visa projetar quais empregados irão permanecer no Plano de Saúde após o desligamento da empresa. Considera-se que 100% dos participantes ativos que se aposentarem permanecerão no Plano de Saúde com o seu cônjuge, observadas as regras definidas no regulamento do plano.

- Composição familiar:

Para o Plano de Saúde, foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados da Infraero, com os titulares e dependentes no plano, sendo que, conforme disposto no regulamento, somente os titulares e seus cônjuges têm direito a permanecer no plano após a aposentadoria.

A movimentação das obrigações atuariais durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	(1.004.655)	(1.582.752)
Custo do serviço corrente	(59.629)	(59.629)
Custo de juros	(75.502)	(146.772)
Ganhos/(perdas) de alterações/reduções	-	1.271.035
Ganhos/(perdas) atuariais	121.681	(643.097)
Benefícios pagos	185.506	156.560
Saldo no final do exercício	(832.599)	(1.004.655)

Nota 16 - Receitas antecipadas

A receita antecipada corresponde ao preço fixo inicial previsto nos contratos comerciais com lojistas referente à cessão de espaço onde há previsão, no edital, de restituição ao concessionário, caso haja interesse na rescisão unilateral por parte da Infraero sem que o concessionário tenha dado causa.

Diante ao exposto, o reconhecimento dessa obrigação, em dezembro de 2020, corresponde ao valor de R\$ 229.961 a ser futuramente registrada no resultado de acordo com o princípio da competência, pelo prazo de vigência do contrato. Em dezembro de 2019 o montante era de R\$ 236.144.

Nota 17 - Outras obrigações

Obrigações - Circulante	31/12/2020	31/12/2019
Consignações a recolher	4.457	5.104
Pensões judiciais a pagar	1.186	1.038
PAMI a pagar - diversos	4.400	-
Total Circulante	10.043	6.142
Obrigações - Não Circulante	31/12/2020	31/12/2019
Contas a Pagar - TCCA	14.091	13.635
Repasse Lei nº 9.430/96	4.551	3.393
Total Não Circulante	18.642	17.028
Total	28.685	23.170

Nota 18 - Recursos para futuro aumento de capital

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento para futuro aumento de capital	530.763	530.763
Atualização monetária	174.441	155.515
Total	705.204	686.278

Os valores registrados no Passivo não Circulante - PNC, são recursos recebidos da União aportados até 31 de dezembro de 2016, destinados a futuro aumento de capital da Infraero, cuja capitalização ainda não foi autorizada, totalizando o montante de R\$ 705.204. Enquanto a Empresa aguarda autorização para integralização, sobre estes recursos incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa Selic, desde o dia da transferência até a data da capitalização em conformidade com o art. 2º do decreto n.º 2.673 de 16/7/1998.

Nota 19 - Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	3.399.439	2.855.940
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.349.643	1.883.143
Prejuízos acumulados	(3.980.879)	(882.532)
Ajuste de avaliação patrimonial	(958.285)	(1.950.742)
Total	(190.082)	1.905.809

-Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da Infraero é constituído integralmente pela União, nos termos do Art. 4º da Lei n.º 5.862, de 12 de dezembro de 1972.

Na Assembleia Geral Extraordinária foi autorizada a capitalização dos recursos recebidos da União, no período de 13.7.2018 a 30.8.2019, por meio de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, no valor de R\$ 543.499, passando o Capital Social da Infraero de R\$ 2.855.940 para R\$ 3.399.439, subscrito e integralizado, representado por 12.825.493 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

-Recursos para aumento de capital

	31/12/2020
Aportes 2020	10.000
Aportes 2019	1.337.170
Aportes 2018	-
Aportes 2017	2.473
Total	1.349.643

De acordo com o Decreto n.º 8.945/2016, os recursos transferidos pela União ou depositados por acionistas minoritários a partir de 1º de janeiro de 2017, para fins de aumento de capital de empresa ou de sociedade cujo capital social seja constituído de recursos provenientes exclusivamente do setor público, não estão sujeitos à correção pela Taxa Selic. O montante efetivamente investido deverá ser capitalizado até a data limite da aprovação das contas do exercício em que ocorrer a transferência. Assim, os recursos recebidos pela Infraero a partir desta data, foram classificados como instrumentos patrimoniais, uma vez que, os repasses serão capitalizados até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do exercício subsequente.

Na Assembleia Geral Extraordinária do dia 8/7/2020 foi autorizada a capitalização dos recursos recebidos da União em 2018 e 2019, por meio de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, acrescidos de correção monetária pela SELIC.

-Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de R\$ 958.285 corresponde aos valores que transitaram pelo resultado abrangente da Empresa referente aos ganhos e perdas atuariais do benefício pós emprego.

Nota 20 - Receita operacional líquida

As receitas, com exceção dos ganhos de capital e de algumas receitas financeiras, estão sujeitas à incidência do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, pelo regime de competência. Esses tributos são apresentados como deduções da receita bruta. Os débitos decorrentes das outras receitas operacionais e créditos decorrentes das outras despesas operacionais estão apresentados na demonstração do resultado.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita Bruta	1.650.647	2.930.171
Comerciais	650.427	897.507
Embarque	426.151	1.157.892
Armazenagem e Capatazia	127.295	106.452
Pouso e Permanência	193.206	358.850
Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea	189.041	287.716
Exploração de Serviços	39.274	52.684
Conexão	19.979	63.169
Cursos e Treinamentos	5.274	5.901
	<hr/>	<hr/>
Deduções	(66.224)	(167.287)
PIS	(11.813)	(29.840)
COFINS	(54.411)	(137.447)
	<hr/>	<hr/>
Receita Líquida	<u>1.584.423</u>	<u>2.762.884</u>

Nota 21 - Despesas por natureza

	2020	2019
Custo dos serviços prestados		
Pessoal	429.616	525.581
Encargos diretos com pessoal	234.072	300.555
Encargos indiretos com pessoal	166.791	202.133
Serviços contratados e locações	400.399	516.970
Utilidades - serviços públicos	118.886	190.540
Depreciação e amortização	49.562	59.647
Outros custos / gastos	57.112	98.654
Total	1.456.438	1.894.080
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	240.057	280.124
Encargos diretos com pessoal	345.143	431.495
Encargos indiretos com pessoal	97.981	107.831
Serviços Contratados e Locações	78.928	74.176
Utilidades - Serviços Públicos	13.401	12.432
Despesas Gerais	42.142	32.528
PECLD	252.208	159.384
Provisão para contingências	232.753	193.021
Benefício pós emprego	(78.557)	(1.208.238)
Outras provisões	(95.868)	49.511
Depreciações e Amortizações	10.648	16.664
Total	1.138.836	148.928

Nota 22 - Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas financeiras		
Atualização monetária (i)	(20.601)	(40.464)
IOF	(28)	(20)
Juros	(756)	-
Multas	-	(5)
Variação cambial	(696)	(7)
Perdas	(90)	(179)
Total	(22.171)	(40.675)
Receitas financeiras		
Juros	42.722	56.393
Multas	-	1.213
Atualização monetária	13.739	9.289
Rendimentos de aplicações	92.536	80.194
Ganhos	329	158
Total	149.326	147.247
Resultado financeiro líquido	127.155	106.572

- Do total registrado na rubrica atualização monetária, R\$ 18.926 refere-se à atualização pela taxa SELIC dos aportes de capital realizados pela União até 31/12/2016, registrados como AFAC.

Nota 23 - Ativo e passivo compensado

A Empresa mantém controle dos investimentos realizados nos aeroportos em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações contábeis.

O ativo e passivo compensado da Empresa são representados pelos bens da União, garantias caucionárias de terceiros e almoxarifados da União.

No que se refere aos investimentos realizados em bens da União, representados por obras e serviços de engenharia na construção, ampliação e modernização da infraestrutura aeroportuária, a Empresa efetua tais registros para fins societários e fiscais como despesa, haja vista que os aeroportos são bens públicos pertencentes à União (Art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565, de 19/12/1986). Desse modo, por inexistir termo de concessão entre a União e a Infraero, que estabeleça condições relativas à atribuição de valor econômico aos investimentos realizados e mecanismos de indenização em caso da substituição/retirada de aeroportos da Rede, a Infraero não registra tais investimentos no seu Ativo Não Circulante - Imobilizado.

O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens móveis e imóveis da União:

	31/12/2020				31/12/2019	
	Taxa de Depreciação	Adições/ Exclusões	Baixas	Transferências	Valor Líquido	Valor Líquido
Bens Móveis da União	10% a 20% a.a.	13.304	(107.154)	(8)	293.552	387.410
Imóveis e Benfeitorias da União	4% a.a.	177.291	(2.320.330)	553.368	9.043.948	10.633.619
Custo		190.595	(2.427.484)	553.360	9.337.500	11.021.029
Depreciações/Amort. Acumuladas		(17.951)	707.692	(553.531)	(2.855.449)	(2.991.659)
TOTAL		172.644	(1.719.792)	(171)	6.482.051	8.029.370

Nota 24 - Recursos aplicados em bens da União

Os investimentos realizados em bens da União são considerados, para efeitos contábeis e fiscais, como despesa, com base no Parecer CST/SIPR n.º 2.100/1980, confirmado pela Decisão n.º 121/1995 da 1ª RF-DISIT, da Secretaria da Receita Federal, vez que os aeroportos são bens públicos pertencentes à União (Art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei n.º 7.565, de 19/12/1986). Objetivando demonstrar, com maior clareza, o Resultado Operacional do Exercício, este item apresenta-se imediatamente antes do Resultado Líquido do Exercício. Foram aplicados R\$ 378.034 em investimentos no exercício.

Nota 25 - Informações por atividades

O desempenho financeiro por atividade foi definido com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupados da seguinte forma: Comerciais, Embarque, Armazenagem e Capatazia, Pouso e Permanência, Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea, Exploração de Serviços, Conexão e Cursos e Treinamentos.

	2020								Total
	Comerciais	Embarque	Armazenagem e Capatazia	Pouso e Permanência	Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea	Exploração de Serviços	Conexão	Cursos e Treinamentos	
Receita Líquida	621.144	408.280	123.607	185.104	183.346	38.748	19.141	5.052	1.584.422
Custo dos Serviços Prestados	(30.207)	(368.271)	(55.212)	(439.773)	(506.419)	(54.152)	(2.327)	(76)	(1.456.437)
Lucro Operacional do Exercício	590.937	40.009	68.395	(254.669)	(323.073)	(15.404)	16.814	4.976	127.985
Despesas	(29.911)	(204.790)	(23.362)	(259.265)	(156.768)	(32.937)	(2.504)	(83)	(709.620)
Outras Receitas / (Despesas)	(52.255)	(357.774)	(40.813)	(452.943)	(273.878)	(57.542)	(4.375)	(141)	(1.239.721)
Prejuízo Operacional do Exercício	608.771	(522.556)	4.220	(966.877)	(753.719)	(105.883)	9.935	4.762	(1.821.356)

	2019								Total
	Comerciais	Embarque	Armazenagem e Capatazia	Pouso e Permanência	Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea	Exploração de Serviços	Conexão	Cursos e Treinamentos	
Receita Líquida	853.691	1.091.550	91.208	338.290	271.231	51.800	59.550	5.564	2.762.884
Custo dos Serviços Prestados	(30.016)	(620.193)	(63.116)	(534.423)	(550.339)	(88.759)	(7.089)	(145)	(1.894.080)
Lucro Operacional do Exercício	823.675	471.357	28.092	(196.133)	(279.108)	(36.959)	52.461	5.419	868.804
Despesas	17.274	207.296	16.107	186.045	112.617	33.094	4.566	54	577.053
Outras Receitas / (Despesas)	(34.636)	(415.652)	(32.296)	(373.040)	(225.810)	(66.358)	(9.156)	(109)	(1.157.057)
Lucro Operacional do Exercício	806.313	263.001	11.903	(383.128)	(392.301)	(70.223)	47.871	5.364	288.800

Nota 26 - Recursos de Terceiros

Os Recursos de Terceiros estão constituídos pelos seguintes valores:

-Recursos de convênios firmados entre a Infraero e entes da Administração Pública, destinados à ampliação e modernização de aeroportos.

-Recursos relativos ao recolhimento ao Tesouro Nacional de parcela da Tarifa de Embarque Internacional -TEI, nos termos da Medida Provisória n.º 551, de 22/11/2011, convertida na Lei n.º 12.648, de 17/5/2012.

-Valores referentes à obrigação da Infraero em repassar a participação das demais Prefeituras e Administradoras de Aeroportos nas tarifas arrecadadas.

-Recursos relativos, principalmente, à arrecadação de taxas de ocupação cobradas de empregados da Infraero sobre imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade e guarda da Infraero.

-Recursos referentes à Concessionária Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão que estavam sendo negociados com a Infraero.

Nota 27 - Parte relacionadas

Controladora

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero é uma empresa pública, constituída nos termos da Lei n.º 5.862/1972, com capital social exclusivamente integralizado pela União.

Coligadas

Os saldos das operações da Infraero com as Sociedades de Propósito Específico - SPE (coligadas) no período são os seguintes:

Transação	Aeroportos Brasil - Viracopos S.A	Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A	Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A	Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A	Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A
Receita	5.307	254	10.471	5.316	1.635
Serviços de tecnologia	4.797	254	5.190	4.986	1.201
Tarifa de navegação aérea	510	-	-	-	-
Recuperação de despesas	-	-	5.281	-	-
Alienação de bens	-	-	-	330	-
Aluguel de equipamentos	-	-	-	-	434
Custo	(1.066)	(287)	-	(27.570)	(42.500)
Treinamento	(4)	-	-	-	-
Utilização de área	(1.062)	(287)	-	-	-
Reembolso de obras de responsabilidade do Poder Público	-	-	-	(27.570)	(42.500)
Total	4.241	(33)	10.471	(22.254)	(40.865)

Ativo**Concessionária****Aeroportos Brasil - Viracopos S.A**

Valores a receber

6.294

PECLD

(6.294)

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A**5.831**

Valores a receber

5.831

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A**1.575**

Valores a receber

1.575

Total**7.406**

Ressaltamos que, além dos valores a receber demonstrados, a Infraero e as SPE: Viracopos S.A, Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A e Aeroporto Internacional Rio de Janeiro S.A discutem valores a serem repassados oriundos da transição da operação. Destacamos que, em função da situação de recuperação judicial de Viracopos S.A, o saldo foi incluído no Plano de Recuperação Judicial e deverá ser quitado nos termos previstos no referido PRJ.

Patrocinado

O Instituto Infraero de Seguridade Social INFRAPREV é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, bem como promover seu bem-estar social (nota explicativa 15).

Remuneração da administração

As remunerações dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da Infraero estão em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Economia. A remuneração dos membros da diretoria executiva foram as seguintes, em R\$:

Diretoria	2020	2019
Maior Remuneração:	38.174	38.174
Remuneração Média:	36.810	36.810
Menor Remuneração:	36.356	36.356

A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para os mesmos períodos foi fixada em R\$ 3.938,57.

Em janeiro de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a reforma no Estatuto Social da Infraero com a criação do Comitê de Auditoria Estatutário - Coaud, em atendimento a Lei n.º 13.303/16, sendo um órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento permanente ao Conselho de Administração. A remuneração mensal dos membros do Coaud foi fixada em R\$ 5.000,00.

Nota 28 - Remuneração aos empregados

O plano de cargos e salários e benefícios da Infraero, de acordo com a legislação e o acordo coletivo de trabalho, estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Empresa a seus empregados. As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções de confiança, relativas aos meses de dezembro de 2020 e 2019 foram as seguintes, em R\$:

Empregados	2020	2019
Maior Remuneração:	43.696	42.529
Remuneração Média:	7.902	6.154
Menor Remuneração:	2.227	1.912

Nota 29 - Operações descontinuadas

-Concessão de Aeroportos

A União, por meio da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, tornou público o EDITAL do Leilão, em 18/12/2020, que trata das condições da licitação para selecionar as melhores propostas para a celebração de contratos de concessão de serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos, dentre os quais pertenciam a rede da Infraero: Bloco Norte - Aeroporto Internacional de Manaus - Eduardo Gomes (SBEG), Aeroporto Internacional de Tabatinga (SBTT), Aeroporto de Tefé (SBTF); Aeroporto Internacional de Rio Branco - Plácido de Castro (SBRB), Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul (SBCZ), Aeroporto de Porto Velho - Gov. Jorge Teixeira de Oliveira (SBPV) e Aeroporto de Boa Vista - Atlas Brasil Cantanhede (SBBV); Bloco Central - Aeroporto de Goiânia - Santa Genoveva (SBGO), Aeroporto de Palmas/Tocantins (SBPJ), Aeroporto Senador Petrônio Portella (SBTE), Aeroporto de Petrolina (SBPL), Aeroporto Internacional de São Luís - Marechal Cunha Machado (SBSL) e Aeroporto de Imperatriz - Prefeito Renato Moreira (SBIZ); e Bloco Sul - Aeroporto Internacional de Curitiba - Afonso Pena (SBCT), Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu (SBFI), Aeroporto de Londrina - Gov. José Richa (SBLO), Aeroporto de Bacacheri (SBBI), Aeroporto de Navegantes - Ministro Victor Konder (SBNF), Aeroporto de Joinville (SBJV), Aeroporto de Pelotas (SBPK), Aeroporto Internacional de Uruguaiana - Rubem Berta (SBUG) e Aeroporto Internacional de Bagé (SBBG). A previsão é que o Leilão seja realizado no dia 7 de abril de 2021 na B3, Bolsa Balcão Brasil, em São Paulo - SP. O resultado líquido destes aeroportos é apresentado a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita operacional líquida	590.142	809.972
Custos dos serviços prestados	(560.769)	(489.391)
Lucro operacional bruto	29.373	320.581
Despesas gerais e administrativas	54.473	(112.018)
Outras receitas e despesas	5.863	5.927
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	89.709	214.490
Despesas financeiras	(1)	(5)
Receitas financeiras	-	-
Resultado financeiro líquido	(1)	(5)
Resultado operacional antes do OBU	89.708	214.485
Recursos aplicados em bens da união	(101.982)	(113.200)
Resultado líquido do período	(12.274)	101.285

-Cisão parcial da Infraero

Foi sancionada em 19 de novembro de 2019 a Lei n.º 13.903, relativa à Medida Provisória n.º 866, de 20 de dezembro de 2018, autorizando o Poder Executivo a criar a NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. - NAV Brasil, em decorrência da cisão parcial da Infraero.

Conforme disposto no artigo 2º da referida Lei, a cisão parcial da Infraero ocorrerá por meio de deliberação da Assembleia de Acionistas, após manifestação do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, e observado o procedimento previsto na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Em 24/12/2020, foi editado o Decreto n.º 10.589, que cria a empresa NAV Brasil a partir da versão do patrimônio cindido da Infraero.

Na Nota Explicativa 25 Informações por Atividades é apresentado o desempenho financeiro da atividade de navegação aérea (Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea) realizada pela Infraero nos exercícios de 2019 e 2020.

Nota 30 - Eventos Subsequentes

-Aumento do Capital Social

Proposta de Integralização de Capital Social em R\$ 443.745.850,00 (quatrocentos e quarenta e três milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais) referentes a recursos provenientes dos aportes de capital autorizados pela União, com a respectiva alteração do seu Estatuto Social. Se aprovada a proposta, o capital social da Infraero, que é de R\$ 3.399.439.424,24 (três bilhões, trezentos e noventa e nove milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e vinte e quatro centavos) passará a ser de R\$ 3.843.185.274,24 (três bilhões, oitocentos e quarenta e três milhões, cento e oitenta e cinco mil, duzentos e setenta e quatro reais e vinte e quatro centavos).

-Força tarefa Infracprev

Em março de 2018, o Infracprev instituiu o projeto denominado "força tarefa" objetivando elucidar pontos de atenção em investimentos mal sucedidos adotados pelo Instituto em gestões passadas. O projeto visa também gerar informações para possíveis ações de reparação, garantir a interlocução, cooperação e compartilhamento de informações com os órgãos de controle, além de robustecer a governança corporativa do Instituto.

Os trabalhos ainda não foram concluídos e não há elementos suficientes para reconhecer eventuais provisões.

A Empresa vem aprimorando o modelo de supervisão sobre o Infracrev por meio de melhorias dos controles internos, de acompanhamento gerencial dos resultados e de assessoria aos membros indicados pela patrocinadora aos Conselhos Deliberativos e Fiscal.

Brasília (DF), 23 de março de 2021

DIRETORIA EXECUTIVA

HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR

Presidente

ANDRÉ LUIZ FONSECA E SILVA

Diretor de Operações e Serviços Técnicos

THIAGO PEREIRA PEDROSO

Diretor de Finanças e Novos Negócios

GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO

Diretor de Soluções Jurídicas e Administrativas

CONTADOR

JOELSON DA MOTA

Gerente de Contabilidade e Desempenho Financeiro

CRC - MT-004774/O-3 T-DF

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ronei Saggioro Glanzmann

Presidente

Luiz Gylvan Meira Filho

Aramis Sá de Andrade

Bruno Westin Prado Soares Leal

Luis Roberto do Carmo Lourenço

Rodrigo Otavio Moreira da Cruz

Rodrigo Silva Gonçalves

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, em reunião realizada nesta data, em conformidade com a Lei nº 13.303, de 30.06.2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27.12.2016, Lei nº 6.404/76, de 15.12.1976 e Decisão Normativa TCU nº 187/2020, de 09.09.2020, considerando o Relatório Anual - Exercício 2020, composto pelo Relatório Integrado, as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, devidamente auditadas pela Auditoria Independente, sem ressalvas e com ênfase constante do Parecer da Moore VR Auditores e Consultores S.S., cientes da manifestação do Comitê de Auditoria da Infraero, de 23.03.2021 referente as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas 2020, considerando os documentos constantes da aprovação pela Diretoria Executiva em reunião de 22.03.2021, entendeu que os referidos documentos retratam a situação patrimonial, contábil e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2020, estando em condições de serem submetidos à Assembleia Geral.

Brasília (DF), 23 de março de 2021.

Nerylson Lima da Silva

Presidente

Eduardo Henn Bernardi

Membro

Rogério Jesus Alves de Oliveira

Membro

EXTRATO DO RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 2020 DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 31/12/2020, examinando balancetes, balanço e notas explicativas e procedeu à apreciação das Demonstrações Contábeis, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis adotadas, das ocorrências atípicas e dos seus impactos na situação patrimonial e nos resultados, em reuniões havidas com os responsáveis pela elaboração desses documentos e com os auditores externos. O Comitê verificou que as práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade, com a legislação societária brasileira e demais normas aplicáveis, retratando adequadamente a situação patrimonial da Infraero.

CONCLUSÃO

Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Contábeis da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, de 31 de dezembro de 2020.

Brasília, 23 de março de 2021.

Aramis Sá de Andrade

Coordenador

Miguel da Silva Neubrn Júnior

Membro

Pedro Carlos de Mello

Membro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionista, administradores e conselheiros

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO Brasília - DF

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO ("Empresa" ou "Infraero") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em

relação à Infraero, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

INCERTEZA RELEVANTE QUANTO À CONTINUIDADE OPERACIONAL

Chamamos a atenção para nota explicativa nº 1, às demonstrações contábeis, para o fato de que a Infraero vem apresentando prejuízos contínuos, o que levaram ao consumo de todo o patrimônio líquido evidenciando um passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2020. Ademais, o acionista controlador tem a intenção de dar continuidade ao processo de concessão de aeroportos para a iniciativa privada. Dessa forma, a continuidade operacional da Infraero dependerá do sucesso do plano de continuidade e ou de eventuais aportes de recursos financeiros por parte do seu controlador. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Saldos correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício de 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, datado em 28 de março de 2020, sem ressalvas.

Demonstração do valor adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Infraero, e apresentada de forma voluntária, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Infraero. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Infraero continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Infraero e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Infraero e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

-Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

-Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Infraero.

-Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração da Infraero.

-Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Infraero. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Infraero a não mais se manter em continuidade operacional.

-Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as deficiências significativas eventualmente identificadas nos controles internos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 23 de março de 2021

MOORE VR AUDITORES E CONSULTORES S/S

CRC DF 02962/F

Ricardo de Albuquerque Cavalcanti

CRC DF 18838/O-0

Rodrigo Costa Silva

CRC 1 GO 016905/O-4

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.